

ANEXO CADERNO DE TEXTOS

36º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Cuiabá/MT, 23 a 28 de janeiro de 2017

Tema Central: Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Joseph Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Giovanni Felipe Ernst Frizzo

SUMÁRIO

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS		
Texto 35 – Defesa ampla da previdência pública e combate ao projeto de previdência privada (complementar) - <i>Contribuição do GT de seguridade e previdência social da ADFURRN Seção Sindical</i>		007
Texto 36 – Política de saúde e segurança do trabalhador docente – <i>Contribuição da Assembleia dos docentes da UFPR</i>		008
Texto 37 – Proposta de metodologia para elaboração do dossiê sobre as consequências da cessão da EBSERH às universidades federais - <i>Contribuição da Assembleia dos docentes da UFPR</i>		010
Texto 38 – O golpe na educação: a luta permanente contra o imperialismo e em defesa do financiamento público para a educação pública - <i>Contribuição dos(as) professores(as) Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alvanita Almeida Santos (APUB); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Celi Taffarel (APUB); Claudio Lira Santos Júnior (APUB); Cassia Hack (SINDUFAP); Domingos Garcia (ADUNEMET); Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE); Erika Suruagy (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fabio Venturini (ADUNIFESP); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB); Flávio Dantas (ADUFERPE); Gilvanice Barbosa da Silva Musial (APUB); Hélcio Batista (ADUFERPE); Jair Reck (ADUnB); Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI); José Arlen Beltrão (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); Lanara Guimarães de Souza (APUB); Lisleandra Machado (APESJF); Luiz Eduardo Simões de Souza (APRUMA); Manoel Pereira de Andrade (ADUnB); Marcia Morschbacher (SEDUFMS); Marco Aurélio (SESDUFT); Marize Carvalho (APUB); Patrícia Valim (APUB) Silvina Liliana Carrizo (APESJF); Sarah Munck Vieira (APESJF); Thiago Nicola Lavoura (ADUSC); Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR); Ricardo Coelho (ADUFAL)</i>		013
Texto 39 – O tsunami do capital para desmanchar a Constituição Federal, se apossar das fontes de energia, dos recursos naturais e expropriar as terras indígenas - <i>Contribuição dos(as) professores(as) José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT), Lélica Lacerda (ADUFMAT), Reginaldo Silva Araújo (ADUFMAT), Antônio Rosevaldo F. da Silva (ADUFS-BA), Althen Teixeira Filho (ADUFPEL), Antônio L. Philomena (APROFURG), Carlos Domingos da Silva (ADUR-R), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS), Lyliane Gregory (ADUSP)</i>		018
Texto 40 – Unidade da classe trabalhadora para barrar o ajuste fiscal - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D’Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Marcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB)</i>		030
Texto 41 – Política de classe, etnias, gênero e diversidade sexual - <i>Contribuição das professoras Andreia Moassab e Patricia Zandonade – Sindicalizadas da SESUNILA Seção Sindical</i>		032
Texto 42 – “Reforma da Reforma Agrária” de Temer: como responder? - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>		036
Texto 43 – O capitalismo em decomposição não tem como acabar com a opressão social. A resposta às discriminações étnicas, raciais e sexuais é parte do programa da revolução proletária - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>		040

Texto 44 – Por uma frente única em defesa dos empregos, salários e direitos. Não ao pagamento da dívida pública - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	048
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 45 – Plano de Lutas do setor das IFES: Banco de Professor-Equivalente da carreira do magistério superior - <i>Contribuição da Assembleia Geral da Adcefet-rj Seção Sindical</i>	052
Texto 46 – Trabalhador@s Terceirizad@s – <i>Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS</i>	053
Texto 47 – Responder ao estrangulamento das universidades estaduais com a unidade dos estudantes, técnicos, funcionalismo e trabalhadores em geral - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	054
Texto 48 – Plano de lutas das IFES: Organizar a luta unitária contra a destruição da universidade pública. Combater a precarização, privatização e defender a autonomia universitária - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	058
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 25 – Adendo ao texto 25 – alterações no Estatuto do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	061
Texto 49 – Contribuição para o Terra Livre – Movimento Popular do campo e da cidade - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D’Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Marcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB)</i>	062
Texto 50 – Eleições com todas as vozes do ANDES-SN – Proposta de mudanças no Estatuto para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN - <i>Contribuição da Diretoria e da Delegação da ADUFU-SS ao 36º Congresso do ANDES-SN</i>	063
Texto 51 – Defender a democracia sindical - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)</i>	065

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 35 – Defesa ampla da previdência pública e combate ao projeto de previdência privada (complementar)	007
TR 36 – Política de saúde e segurança do trabalhador docente	009
TR 37 – Proposta de metodologia para elaboração do dossiê sobre as consequências da cessão da EBSEH às universidades federais	012
TR 38 – O golpe na educação: a luta permanente contra o imperialismo e em defesa do financiamento público para a educação pública	017
TR 39 – O tsunami do capital para desmanchar a Constituição Federal, se apossar das fontes de energia, dos recursos naturais e expropriar as terras indígenas	029
TR 40 – Unidade da classe trabalhadora para barrar o ajuste fiscal	031
TR 41 – Política de classe, etnias, gênero e diversidade sexual	034
TR 42 – “Reforma da Reforma Agrária” de Temer: como responder?	039
TR 43 – O capitalismo em decomposição não tem como acabar com a opressão social. A resposta às discriminações étnicas, raciais e sexuais é parte do programa da revolução proletária	047
TR 44 – Por uma frente única em defesa dos empregos, salários e direitos. Não ao pagamento da dívida pública	049
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 45 – Plano de Lutas do setor das IFES: Banco de Professor-Equivalente da carreira do magistério superior	053
TR 46 – Trabalhador@s Terceirizad@s	054
TR 47 – Responder ao estrangulamento das universidades estaduais com a unidade dos estudantes, técnicos, funcionalismo e trabalhadores em geral	057
TR 48 – Plano de lutas das IFES: Organizar a luta unitária contra a destruição da universidade pública. Combater a precarização, privatização e defender a autonomia universitária	059
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 25 – Adendo ao texto 25 – alterações no Estatuto do ANDES-SN	062
TR 49 – Contribuição para o terra livre – movimento popular do campo e da cidade	063
TR 50 – Eleições com todas as vozes do ANDES-SN – Proposta de mudanças no Estatuto para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN	064
TR 51 – Defender a democracia sindical	066

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

DEFESA AMPLA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E COMBATE AO PROJETO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (COMPLEMENTAR)

TEXTO DE APOIO

A cada nova crise do capital a previdência social sofre ataques no sentido de diminuir o que é repassado em forma de direitos previdenciários para os trabalhadores. Isso ocorre, em especial, pelo papel econômico que a previdência ocupa por ser uma grande fonte de arrecadação do fundo público. No Brasil o sistema de arrecadação dos recursos da previdência está pautado no modelo de repartição enquanto os seus gastos têm seguido a lógica da capitalização pois são, em grande medida, utilizados a serviço do capital.

A partir da década de 1990, desmontar a política previdenciária tornou-se parte fundamental para garantir a canalização dos recursos dessa política para o mercado financeiro. As contrarreformas da previdência social iniciadas no governo FHC e continuadas nos governos Lula, Dilma e Temer atuaram no sentido de desmontar os direitos conquistados pelos trabalhadores e direcionar um grande volume de dinheiro, alocado no fundo da previdência, para o mercado de capitais. As mudanças nas regras das aposentadorias e benefícios que começam no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em 1998 e segue para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Funcionários Públicos Federais em 2003 tendem a serem impostas também para os servidores públicos dos estados. Uma das medidas mais recentes que atinge diretamente os servidores públicos diz respeito a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) que começa a operar a partir de 2013. A instituição da FUNPRESP significa o fim da aposentadoria integral além de constituir-se em mais uma contribuição paga diretamente dos salários dos trabalhadores. Após a instituição da FUNPRESP acelerar-se a investida para que os estados também criem os seus fundos de pensão para os servidores públicos estaduais. Vale ressaltar que a previdência “complementar” é em sua essência uma previdência privada, um fundo de investimento, ou seja, um instrumento peculiar do mercado financeiro. Portanto, não é um projeto dos e para os trabalhadores, mas específico do capital que porta juros.

A Proposta de Emenda Complementar (PEC) 55/2016 que tramita no senado federal prevê o congelamento dos gastos do Estado, em especial, para as áreas de saúde e educação. A pactuação que vem sendo construída pelo governo federal com os governadores dos estados exige duas medidas: congelamento dos gastos também no âmbito estadual; aprovação da previdência complementar nos estados.

Mediante essas questões faz-se necessária uma grande e ampla ofensiva em defesa da previdência pública. Não podemos aceitar a retirada dos recursos da previdência para outros fins que não sejam as aposentadorias e benefícios para os trabalhadores, tendo em vista que esses recursos são mantidos pela contribuição de parte dos salários e são a única possibilidade de sobrevivência da classe trabalhadora após os anos de contribuição. Nesse sentido, as seções sindicais do ANDES nos estados têm um papel fundamental de buscar juntamente com as outras entidades sindicais formar uma frente combativa de defesa da previdência e dos direitos dos trabalhadores que envolva todos os servidores estaduais e que pressione o governo e o legislativo para barrar o processo em curso de contrarreforma da previdência no estado.

TR - 35

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar levantamento nos Estados sobre a situação da previdência complementar;

2. Realizar seminários regionais, juntamente com outras entidades sindicais, para debater o processo em curso de contrarreforma da previdência social a fim de pensar estratégias de enfrentamento à aprovação da previdência complementar;

3. Integrar a Frente de Defesa da Previdência Pública nos estados onde existir essa Frente. Contribuir para a construção da Frente nos estados que ela ainda não existe.

TEXTO 36

Contribuição da Assembleia dos Docentes da UFPR

POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR DOCENTE

TEXTO DE APOIO

A gênese do adicional de insalubridade no Brasil se deu no ano de 1936, criado pela Lei 185 de 14 de janeiro e Decreto Lei 399 de 30 de abril de 1938 em seu artigo 4º. Mais tarde, em 1943, o tema foi consagrado na CLT, que contemplou tal recompensa financeira através do pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade (CLT, arts. 192 e 193, § 1º).

A concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade tem sido tratada em duas perspectivas, contraditórias entre si, mas que representam a realidade também contraditória vivida pelos servidores públicos em seu trabalho.

Por um lado, é pensamento corrente no campo da Saúde do Trabalhador, que a **monetização** do risco, como é chamado o fato de se conceder ao trabalhador uma retribuição por ele se expor a condições de risco no seu trabalho, não faz avançar a luta por melhoria geral da saúde e segurança dos trabalhadores. A razão dessa crítica se pode resumir na seguinte pergunta: como estimar o valor da saúde de um indivíduo devido à exposição a um determinado agente ambiental nocivo?

Segundo Silva (2011), “Os defensores desta estratégia imaginavam que o pagamento dos referidos adicionais, por constituir em ônus financeiro ao empregador, compeliaria o mesmo a investir em melhorias nas condições do meio ambiente laboral, entretanto, ficou constatado que, para os empregadores, é extremamente vantajoso continuar com o pagamento do adicional pelo risco ao invés de investir na melhoria dos ambientes de trabalho. Constata-se, portanto, que, embora aparentemente mais vantajosa para as empresas, tal alternativa revela-se menos inteligente e eficaz. Com efeito, o critério da monetização do risco mostra-se inaceitável, uma vez que permite a convivência do trabalhador com o ambiente insalubre ou perigoso, ao invés de combater, na origem, as causas de agressão à saúde e segurança do trabalhador”. Nessa linha de argumentação, citado ainda pelo mesmo autor, Sebastião Geraldo de Oliveira assevera que “A solução retrógrada de compensar a agressão por adicionais (monetização do risco) vem sendo banida com energia pelos trabalhadores, sob a bandeira coerente de que ‘saúde não se vende’. De fato, a crescente dignificação do trabalho repele a política de remunerar as agressões à saúde, acelerando o desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, apressando a sua morte.”

No entanto, segundo a disposição legal, a concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade é um direito do servidor/trabalhador, e como tal deve ser respeitado, conquanto possam ser promovidas ações paralelas para superar os problemas de origem que ameaçam a saúde e segurança no trabalho.

Quanto a isso, em 18 de março de 2013, o Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPOG) publicou a Orientação Normativa 6 (ON 6) em substituição a ON 2. Diferentemente das normativas anteriores, a ON6 estabelece, em seu anexo II, uma lista de atividades que não fazem jus ao pagamento de adicionais de insalubridade. Os cargos de chefia ou comando administrativo, aqueles em que o servidor mantém contato com o paciente nas áreas de circulação ou convivência, cargos considerados como atividades meio ou de suporte e aqueles em que servidor manuseia objetos que não se enquadram como veiculadores de secreções são proibidos de receber os adicionais ocupacionais segundo a nova ON. No entanto, os principais problemas que estavam presentes na ON2 permaneceram com a ON

6, como: - a necessidade de que sejam respeitadas e usadas como referência, normas já estabelecidas para os trabalhadores em geral (as Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho); - a perda ou a não atribuição de adicional de periculosidade ou de insalubridade a servidores com função gratificada ou cargo comissionado; - a exigência de, pelo menos, a metade da jornada de trabalho (50%) em exposição a condições perigosas ou insalubres, para percepção de adicional, dispositivo que claramente não se coaduna ao trabalho acadêmico, seja letivo, de apoio ou em laboratório de pesquisa, incluindo servidores docentes e técnico administrativos. (APUFPR, 2014)

No corrente ano de 2016, diversos docentes passaram a procurar da APUFPR-Seção Sindical do ANDES para buscar orientação diante do corte indiscriminado dos adicionais de periculosidade e insalubridade praticado pela Universidade a partir de fevereiro deste mesmo ano. Na correspondência em que comunicava o referido corte, dirigida pessoalmente ao servidor, a Universidade justificava a medida com base na ausência de laudo institucional que amparasse a concessão do adicional. Ou seja, a Universidade joga para o servidor o atendimento a uma condição que ela mesma deveria providenciar. Falta às Universidades, de modo geral, uma política institucional vigorosa de Saúde e Segurança no Trabalho que busque solucionar/minimizar os problemas em sua origem, contando com a participação dos próprios servidores – docentes e técnicos administrativos – já que estes são os que melhor podem contribuir nesse campo, dado que conhecem as exigências, condições e parâmetros para orientar soluções efetivas.

Por outro lado, é sempre oportuno lembrar que o governo federal, em 2009, lançou o SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – mas que, na prática, nunca funcionou a contento. Sobre o referido sistema existem inúmeras críticas, apontando falhas e inadequações. Zanin e cols. (2015), analisando o programa a partir de evidências concretas na Universidade Federal do Paraná, encontraram diversos problemas, tanto no que diz respeito à gestão e concepção política do mesmo, como quanto às condições de realização das perícias médicas e ao quantitativo de pessoal/equipe responsável pela execução. De acordo com o estudo, “Na prática, os eixos de vigilância e promoção continuam com pouca ação efetiva. Eles estão presentes [apenas] no título da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, mas curiosamente desaparecem no título do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor. Pior que isso: o eixo Assistência à Saúde foi transferido para um modelo de parceria público-privada, cofinanciada pelo Estado. O eixo referente à Perícia em Saúde mantém-se numa lógica com nítidas conotações de controle da força de trabalho.” (p. 93-94). Finalmente, os autores reconhecem: “De efetivo, pode-se concluir que a política implementada pelo Governo via SIASS dissocia claramente as questões de Saúde do processo de trabalho e centraliza as ações no dano, no adoecimento, e não na promoção da saúde. Dito de outra forma, o que se está fazendo não se refere à Saúde do Trabalhador.” (p. 94)

TR – 36

Visando enfrentar a falta de condições relacionadas à saúde e segurança no trabalho de servidores nas Instituições de Ensino Superior (IES) e alavancar um amplo debate sobre o tema, o 36º Congresso do ANDES delibera:

1. Que cada Seção Sindical reveja, de acordo com sua realidade, a conceituação, estruturação e condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), de modo a propor sua completa reconfiguração para que seja efetivamente uma política que atenda os anseios dos docentes com relação à sua saúde e segurança no trabalho.
2. Lutar para a implantação de um Plano de Segurança e Saúde do Trabalhador em cada uma das IES;
3. Lutar para a implantação de comissões locais de saúde e segurança do trabalho, com a participação de docentes por setor de trabalho;
4. Lutar pelo direito da Seção Sindical docente em participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde e segurança do trabalhador nas IES;
5. Lutar pelo direito da Seção Sindical em participar da elaboração dos laudos sobre os ambientes de trabalho das IES com relação às condições de trabalho;
6. Lutar pelo direito do trabalhador docente e da Seção Sindical às informações sobre os riscos levantados em avaliações ambientais;
7. Lutar pelo direito do trabalhador docente a exames de saúde de admissão, demissão e periódicos, observando as especificidades de cada processo de trabalho, bem como de atendimentos por serviço de saúde, respeitando os preceitos legais e éticos;

8. Lutar pela garantia do Sindicato e do docente em requerer ao órgão competente a interdição de parte ou de todo o ambiente/processo de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde do servidor, com base no parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (8080/90).

9. Lutar pela observação do direito legal dos docentes a receber adicionais de insalubridade e periculosidade de acordo com as Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho, e não segundo os critérios da Orientação Normativa 6, do MPOG, que, na prática, impossibilita à maioria dos servidores/trabalhadores o direito aos referidos adicionais.

10. Que o ANDES-Sindicato Nacional tome medidas judiciais contra a utilização da ON 6 pelas IFES, visto que ela é lesiva aos interesses e direitos dos servidores.

Referências:

APUFPR. Boletim. **Pauta local: docentes reivindicam saúde**. 04 de abril de 2014

SILVA, R. N. **Monetização da saúde do trabalhador**: uma análise crítica. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento, inserido em 15 set. 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/monetiza%C3%A7%C3%A3o-da-sa%C3%BAde-do-trabalhador-uma-an%C3%A1lise-cr%C3%ADtica>>. Acesso em: 8 dez. 2016

ZANIN, F. e cols. Política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público no Brasil. **Universidade e Sociedade**, n. 55, p. 86-95, 2015.

TEXTO 37

Contribuição da Assembleia dos Docentes da UFPR

PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO DOSSIÊ SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA CESSÃO DA EBSEH ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS

TEXTO DE APOIO

No 35º Congresso do ANDES-SN foi aprovado o seguinte texto de resolução: “*Que as seções sindicais realizem levantamento das seguintes informações: a) os processos de adesão das IFES à EBSEH; b) os contratos realizados entre a EBSEH e as IFES; c) os contratos realizados entre a EBSEH e as empresas privadas; d) os problemas vivenciados pelas IFES que aderiram à EBSEH. Após o levantamento destas informações, o ANDES-SN deve produzir, em 2016, um dossiê, cartilha ou material correlato com descrições e análises de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc, avaliando o impacto da assistência e na formação dos profissionais da saúde, o modelo de gestão, a política de gratificação e as práticas de controle social.*”

Poucas seções sindicais conseguiram dar consequência a essa deliberação, por diversas razões possíveis. A principal está associada à complexidade inerente às estruturas hospitalares vinculadas às universidades federais. Do ponto de vista dos trabalhadores, esses complexos hospitalares das universidades chegam a envolver milhares de servidores, docentes e técnicos administrativos, além dos terceirizados. Entre os docentes, há um número significativo que acumula a carreira docente com a carreira de servidor técnico administrativo, nas diferentes especialidades de saúde e de apoio. Além disso, com a entrada da EBSEH, aumentou significativamente o número de diferentes contratos e regimes de trabalho, acumulando o regime jurídico único a contratos celetistas vinculados às fundações de apoio, à EBSEH e às empresas terceirizadas. Do ponto de vista dos serviços prestados pelos hospitais universitários,

há um sem número de acordos e contratos firmados com secretarias municipais de saúde e com as esferas estadual e federal. Do ponto de vista acadêmico, diversos departamentos acadêmicos e programas de pós-graduação têm atividades de ensino e pesquisa realizadas dentro da estrutura hospitalar, o mesmo ocorrendo com projetos de extensão.

Outro elemento de dificuldade na elaboração do dossiê é de ordem prática. Em geral, o número de docentes militantes que atua e tem acesso ao complexo hospitalar é pequeno. Mesmo nas lutas contra a cessão dos hospitais à EBSEH, o maior envolvimento, em número, foi de servidores técnicos administrativos e estudantes, entre aqueles que têm efetiva atuação dentro dos hospitais. Não menos importante é o fato que, após a entrada da EBSEH, a gestão dos hospitais tem pouco ou nenhum compromisso com a gestão democrática das universidades. São administrações com caráter gerencialista, cujas metas são de ordem apenas econômica e não acadêmica e que respondem a uma entidade nacional sediada distante da realidade local. Estas gestões têm dificultado o acesso a informações referentes aos hospitais, pela imposição de limitações ao acesso às instalações e aos servidores que nelas trabalham.

No caso do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Paraná, decidimos enfrentar o desafio da elaboração do dossiê a partir de um esforço conjunto, por meio do Fórum de Saúde do Trabalhador da UFPR, envolvendo a APUFPR, o SINDITEST (Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior no estado do Paraná) – que representa os trabalhadores não docentes do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR –, o SIMEPAR (Sindicato dos Médicos do Paraná), o SINDYPSI (Sindicatos dos Psicólogos do Paraná) e estudantes de diversos coletivos políticos da UFPR, vinculados a cursos da área de saúde. O Fórum organizou um dossiê sobre os efeitos da EBSEH no Hospital de Clínicas da UFPR tendo por base o primeiro ano de implantação do contrato de gestão. O dossiê foi composto tendo por base material documental, análise de entrevistas e denúncias.

Para a estruturação do dossiê foram definidos os seguintes eixos:

- elementos legais, jurídicos, políticos e acadêmicos referentes à gestão de hospitais vinculados a universidades públicas;
- processo de adesão da UFPR à EBSEH;
- assistência hospitalar e relação do Complexo Hospitalar com o SUS;
- ensino, no que se refere à realização, nas dependências do Complexo Hospitalar, das atividades acadêmicas, de graduação e de pós-graduação, previstas nos Projetos Político-pedagógicos dos cursos da área de saúde da UFPR;
- pesquisa, no que se refere à realização de atividades de pesquisa de alunos de graduação e de pós-graduação e de docentes vinculados a programas pós-graduação e laboratórios de pesquisa da UFPR;
- extensão, no que se refere a programas e projetos de extensão submetidos e aprovados nas instâncias de extensão acadêmica da UFPR;
- gestão administrativa (novo regimento, licitações, conselho de administração, transparência e democracia na tomada de decisões);
- relações de trabalho (controle de horários, diferentes regimes de trabalho, violências e assédio moral);
- condições de trabalho (falta de material, problemas de infraestrutura);
- autonomia da universidade.

Os diferentes atores com os quais tivemos que interagir para levantar dados sobre os eixos:

- Servidores docentes:
 - coordenadores dos cursos de graduação em medicina, farmácia, enfermagem,

- nutrição, odontologia, terapia ocupacional e psicologia;
- coordenadores dos programas de pós-graduação que interagem com o Complexo Hospitalar;
- coordenadores de estágio dos respectivos cursos de graduação;
- professores que dão aulas teóricas e práticas no Complexo Hospitalar.
- Servidores técnicos administrativos:
 - enfermeiros, farmacêuticos, pessoal de laboratório, terapeutas, psicólogos, médicos, nutricionistas, etc.
- Alunos e suas entidades de representação (DCE e Centros Acadêmicos).
- Pacientes (crônicos).
- Terceirizados.
- Associação de Amigos do HC.
- Estagiários.

A partir destes elementos, dividimos a tarefa de levantamento de dados e informações de acordo com a possibilidade de acesso de cada membro participante. Os militantes docentes ocuparam-se do contato com as coordenações de curso de graduação e de pós-graduação, para identificação da situação dos problemas anteriores à EBSEH e dos novos problemas gerados a partir da mudança de gestão. Os militantes do SINDITEST levantaram, por meio de depoimentos e ensaio fotográfico, as condições de trabalho e de funcionamento dos diferentes serviços e espaços de trabalho. Trabalho semelhante foi realizado pelo SIMEPAR junto aos médicos que atuam no Complexo Hospitalar. Os alunos elaboraram um questionário que foi aplicado em estudantes de graduação, de pós-graduação e residentes. A equipe, junto com o SINDYPSI, foi responsável pela estruturação do material e elaboração do dossiê.

A estrutura final do dossiê compreende:

- Inconstitucionalidade e irracionalidade da EBSEH; perda da autonomia universitária; relatos de precarização dos hospitais geridos pela EBSEH.
- Histórico do processo de adesão da UFPR à EBSEH.
- Situação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.
- Relatos da equipe médica e dos estudantes.
- Condições atuais da Assistência à Saúde.
- Relações e condições de trabalho.
- Ensaio fotográfico.
- Matérias divulgadas na mídia.
- Iniciativas episódicas e pontuais executadas pela Reitoria.
- Descumprimento das obrigações contratualizadas pela EBSEH

A partir desta experiência, propomos o Texto de Resolução a seguir.

TR - 37

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera que:

1. Será elaborado, pelo GTSS/A, um material de orientação metodológica para elaboração dos dossiês referentes aos efeitos da adesão dos hospitais universitários à EBSEH.
2. O GTSS/A irá realizar uma oficina de trabalho sobre a elaboração desse dossiê.

3. Realizar um seminário nacional, em 2017, de avaliação dos hospitais universitários sob administração da EBSERH.

TEXTO 38

Contribuição dos(as) professores(as) Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alvanita Almeida Santos (APUB); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Celi Taffarel (APUB); Claudio Lira Santos Júnior (APUB); Cassia Hack (SINDUFAP); Domingos Garcia (ADUNEMET); Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE); Erika Suruagy (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fabio Venturini (ADUNIFESP); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB); Flávio Dantas (ADUFERPE); Gilvanice Barbosa da Silva Musial (APUB); Hércio Batista (ADUFERPE); Jair Reck (ADUnB); Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI); José Arlen Beltrão (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); Lanara Guimarães de Souza (APUB); Lisleandra Machado (APESJF); Luiz Eduardo Simões de Souza (APRUMA); Manoel Pereira de Andrade (ADUnB); Marcia Morschbacher (SEDUFMS); Marco Aurélio (SESDUFT); Marize Carvalho (APUB); Patrícia Valim (APUB) Silvina Liliana Carrizo (APESJF); Sarah Munck Vieira (APESJF); Thiago Nicola Lavoura (ADUSC); Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR); Ricardo Coelho (ADUFAL)

O GOLPE NA EDUCAÇÃO: A LUTA PERMANENTE CONTRA O IMPERIALISMO E EM DEFESA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA.

TEXTO DE APOIO

Está sendo aplicada na educação Brasileira a política imperialista, acentuada, revigorada, fortalecida pelo Golpe infringido contra a democracia, contra o Estado de Direito, contra a Constituição Brasileira de 1988, contra a vontade popular expressa em mais de 54 milhões de voto que elegeram Dilma Rousseff para um segundo mandato na presidência da Republica Federativa do Brasil. O Golpe de 2016, resultado de uma articulação imperialista, em especial dos Estados Unidos da América do Norte, contou, ainda, com parte do judiciário, conivente, aliado ao parlamento mais conservador, reacionário, patrimonialista que já tivemos no Brasil, pós-64, parte do empresariado brasileiro e, fundamentalmente, com a mídia golpista, encabeçada pela Abril e a Rede Globo que, juntamente com outras oito redes, comandam de maneira privatista, com uma ideologia conservadora, de cunho religioso, na maioria delas, os grandes meios de comunicação de massa no Brasil.

O Golpe no Brasil está incluído em uma conjuntura internacional que demonstra a validade da teoria de Lênin (2007)¹, e demonstra a degeneração do sistema capitalista. Esta conjuntura extremamente adversa se expressou em 2016 na vitória do Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos, nos colombianos rejeitando o acordo de paz, nos ingleses optando em se desligarem da Comunidade Comum Europeia (Brexit), em Aleppo (Síria) transformada em um campo de batalhas cruéis e atozes e numa cidade fantasma, a acentuação da crise econômica com as consequências da aplicação dos Planos de Austeridade, que aumentaram a pobreza, o desemprego, a perda de direitos e a desigualdade em muitos países, como a Grécia, por exemplo, planos que foram impostos pela Troika (Fundo Monetário Internacional - FMI; Banco Central da União Europeia - BCEU; Comissão da União Europeia - CUE) e, acentuação da onda migratória advinda da África, Oriente Médio e Ásia rumo a Europa. Neste contexto está a América Latina em disputa e não eximida dos acontecimentos mais gerais do Planeta.

A disputa das Américas, Central e do Sul, pelos imperialistas, pelos burgueses, capitalistas, nacionais e internacionais, pode ser constatado, no século XXI, nas sucessivas tentativas ou

¹ Estamos empregando o termo imperialismo exatamente conforme definido por Lênini em sua obra LÊNIN, V.I. O imperialismo Fase superior do Capitalismo. Brasília/DF: Nova Palavra 2007.

concretização de Golpes de Estado. Podemos mencionar neste sentido: (1) Tentativa de Golpe na Venezuela em 2002, contra o então presidente Hugo Chaves. Por de traz os interesses Norte Americanos e a privatização da empresa estatal Petróleo de Venezuela S.A (PDVSA); (2) Golpe no Haiti em 2004 contra Jean-Bertrant Aristide, atribuindo-se o golpe as forças rebeldes e na sequencia instalando-se a Minustah, ocupação de forças Militares da ONU. (3) O Golpe na Bolívia em 2008 contra o presidente Evo Morales; (4) O golpe em Honduras em 2009, contra Manuel Zelaya; (5) O Golpe no Equador em 2010, contra o presidente Rafael Correa; O Golpe no Paraguai em 2012, contra o presidente Fernando Lugo e, em 2016, o Golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff.

A influência e ingerência dos mecanismos internacionais na Educação Brasileira podem ser identificados de período a período de acordo com o contexto das políticas internacionais mais gerais.

Para exemplificar mencionamos: (1) Na década de 50 os intercâmbios entre educadores brasileiros e norte americanos que definiram os rumos em especial da capacitação de professores e formação de cientistas no Brasil; (2) Na década de 60 os acordos econômicos – Agência para o desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos (MEC/USAID). Acordos celebrados durante o regime militar e que moldaram muito da estrutura das universidades que existem até hoje; (3) Na década de 70 a ingerência do Banco Mundial e seu financiamento ditando prioridades. O foco no alívio à pobreza, período da crise do endividamento do Brasil. (4) Na década de 80 o Consenso de Washington – UNESCO, UNICEF, PNUD. A intervenção de ONGs, o terceiro setor atuando na Educação. (5) Na década de 90 a Mundialização do Capital e suas políticas, suas ideias pedagógicas. Era da pedagogia do capital. Investida da ALCA e da OMC que até hoje regula o mercado educacional. Os Tratados multilaterais de investimentos. O empresariamento da educação. O estabelecimento de novo marco Jurídico. Novo ordenamento legal. (6) Nos anos 2000 avança a doutrina do desenvolvimento, segurança, alívio pobreza, culturalismo, tratado de Bolonha. Período em que avançam as políticas focais, assistencialistas, compensatórias. (7) A partir dos anos 2010 avançam de forma avassaladora a mercadorização, a privatização da educação. Empresas internacionais invadem o mercado educacional Brasileiro. A Educação Pública está em sérios riscos de extinção. A começar com o ensino superior.

Neste contexto, de relações internacionais, agrava-se a crise e ingerência imperialista². Não pode ser subestimado neste contexto que durante a V Cúpula do BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, em 27 de Março de 2013, os países do eixo decidiram pela criação de um Banco Internacional do grupo, o que desagradou profundamente os Estados Unidos e a Inglaterra, países responsáveis pelo FMI e Banco Mundial, respectivamente. A ideia é fomentar e garantir o desenvolvimento da economia dos países-membros do BRICS e de demais nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

O Golpe na economia está expresso na implementação do Programa “**Uma Ponte para o Futuro**”, que defende o Estado privatista que deve transferir para o setor privado e privatizar tudo o que for possível em matéria de infraestrutura e serviços. Para tanto, tramitam mais de 55 medidas no Parlamento, que remeterão a classe trabalhadora a um patamar social próximo da idade média. O Plano dos derrotados prevê derrubada dos mecanismos de controle social, cortes nos investimentos públicos, ajustes fiscais, manutenção e elevação do superávit primário, e as restrições na aplicação de fundos públicos para atender demanda por serviços públicos reivindicadas pela classe trabalhadora. Prevê ainda, na educação, a reforma inconstitucional do Ensino Médio (MP 746/16), a Escola Sem Partido, com a Lei da Mordça.

² A disputa interimperialista não é recente e está minuciosamente relatada em obras clássicas de leitura obrigatória entre as quais destacam-se GALEANO; Eduardo. As veias Abertas da América Latina. A estrutura contemporânea da espoliação. 8º Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979; SALAZAR; Luíz Soares. – MADRE AMÉRICA: un siglo de violencia y dolor (1898-1998). Os crimes do neoliberalismo. “años de soledad, de amarguras sin cuento, de injusticias, violencia y dolor”. 2º Ed. Editorial de Ciencias Sociales. Habana/Cuba, 2006; MONTORO; Xabier. Capitalismo Y Economia Mundial. Bases teoricas y analisis empíricas para la comprensión de los problemas economicos del siglo XXI. Instituto Marxista de Economia. Madri, Espanha, 2014

Na área social, o fechamento de 8 Ministérios e cortes nos Programas Sociais deixou evidente o ataque brutal as conquistas mínimas da classe trabalhadora, no que diz respeito a programas, projetos e ações de governo. Esta aplicação de uma política de corte em programas sociais para obter superávit primário, política de desmonte das funções sociais do Estado e seus programas de repartição de riquezas, de inclusão social, de enfrentamento da pobreza extrema, é consolidada na proposta expressa no documento “Uma Ponte para o Futuro”, lançado, pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), em 29/10/2015, e na sequência o documento “A Travessia Social”. Decorrentes deles temos a “Agenda Brasil”, encaminhada no dia 10/08/16 pelo senador Renan Calheiros, que está assentada em três eixos a saber: (a) Melhoria do Ambiente de Negócios; (b) Equilíbrio Fiscal; (c) Proteção Social. Tudo isto apoiado pelo Movimento Brasil Livre (MBL) que em novembro de 2015 aprovou em seu Primeiro Congressos as propostas para Educação, inclusive já entregues ao Ministro Golpista Mendonça, juntamente com o Movimento Escola Sem Partido (<http://www.escolasempartido.org/>), Movimento Revoltados OnLine, liderado por Marcello Reis, e com a presença de Alexandre Frota. Além de propostas para a Educação os adeptos do MBL apresentam em seu documento propostas para Saúde, Sustentabilidade, Reforma política, Economia, Justiça, Transporte e Urbanismo, todas baseadas no liberalismo e neoliberalismo que visa dar fôlego e hegemonia ao capital. A Proposta da escola Sem Partido é um PL que tramita na Câmara de Numero 867/2015 apensado ao PL da deputada Izalci do Distrito Federal do PSDB, de numero 7.180/2014 que visa alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a ideia da Escola Sem Partido, que nada mais é do que o controle ideológico da direita e dos fundamentalistas sobre a Educação.

Os Projetos no parlamento, como o PLP 257/2016, que visa refinar a dívida pública de estados e municípios e impõe ajustes em todas as esferas do funcionalismo público, leis que impõe a Estados e Municípios medidas de austeridade para negociações de dívidas, acabam atingindo a educação e a saúde. Assim também, as demais leis que tramitam no Congresso e que irão escancarar a terceirização plena (PL 4.330/04), fazer valer o negociado sobre o legislado (MP 680/15) e, a PEC da Morte a PEC 55/16, impactarão negativamente os serviços públicos em dimensões terríveis nos próximos 20 anos. Além disto está em curso a reforma da Previdência que retira direitos e condena a classe trabalhadora a um sacrificio cada vez maior. Soma-se a isto a entrega do patrimônio brasileiro ao capital internacional, desde empresas públicas como a Petrobras, o que ocorreu com a aprovação no Senado do PLS 131/16 (Jose Serra) que retirou a exclusividade da Petrobras para operar na camada do Pré-Sal, abrindo caminho a privatização e, com isto desvinculou os repasses das riquezas, dos *royalties* do petróleo do Fundo Social para Educação e Saúde. Além da privatização das telecomunicações que agora, com prejuízos, cobram do Governo Golpista a aprovação de um perdão de mais de 100 bilhões de dividas, temos a privatização e as parcerias público-privado, como por exemplo a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e outros setores vitais para a classe trabalhadora como os Correios (EBCT), a Caixa Economia Federal (CEF), o Banco do Brasil (BB), até os Sistemas de Água e Saneamento Básico dos Estados e Municípios brasileiros, o que vem contribuindo para a desnacionalização da economia brasileira. Portanto, o Brasil tem paradoxos gritantes: 7ª ECONOMIA MUNDIAL; Pior distribuição de renda do mundo³; 85º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH; Penúltimo no ranking da Educação (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais; 128º no ranking do crescimento econômico. Tem, portanto, um Estado que se estrutura segundo os interesses das classes dominantes que atuam no judiciário, legislativo e executivo.

A **Educação**, dentro deste contexto estrutural e conjuntural expressa uma das maiores contradições: ela poderia ser uma alavanca essencial para a mudança. Mas, no modo do capital produzir e reproduzir a vida, no modo como o Estado se estrutura e como a classe dominante exerce seu poder, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema

³ <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>

capitalista, mas, também, gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes.

Em meio ao Golpe sucedem-se os ataques aos direitos da classe trabalhadora e a soberania da nação brasileira. Evidência disto é o que está acontecendo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. O golpista Michel Temer vetou 12 itens acrescentados pelo Congresso Nacional ao conjunto dos gastos que não podem ser contingenciados, entre eles os das despesas “destinadas à implantação e ao funcionamento das universidades federais criadas a partir do exercício de 2016” e as “destinadas às instituições federais de ensino”. O veto atinge as universidades e também os institutos federais de ciência e tecnologia, que oferecem ensino médio profissionalizante e superior. O veto serve para o governo poder impor essa limitação, que pode ocorrer logo no início do ano por meio do decreto que disciplina a execução da Lei Orçamentária. Publicada no *Diário Oficial da União* no dia 27/12/16, a sanção presidencial à LDO aprovada no Congresso e enviada no dia 19, incluiu diversos vetos, inclusive ao Anexo III, que relaciona as “despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal por constituírem obrigações constitucionais e legais da União”⁴.

Além dos vetos presidenciais que atingem as universidades e institutos federais, a comunidade acadêmica, científica, tecnológica e de inovação, - Academia Brasileira de Ciências (ABC); Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec); Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras (Anpei); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) -, está denunciando “a operação desastrosa feita pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 -, com a criação de uma nova fonte de recursos (fonte 900) retirando verbas das áreas de Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Esses recursos estavam antes assegurados pela fonte 100, que tem pagamento garantido pelo Tesouro Nacional. Esta transferência de fonte será uma catástrofe, segundo as entidades que assinam o manifesto contra estas medidas, porque a fonte 900 não tem recursos assegurados, tanto que passam a ser chamados de “recursos condicionados de acordo com manual orçamentário. A fonte 900 inclusive põe em dúvida o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que exige para cada empenho a definição clara da fonte de recursos. A Comunidade científica denuncia que “A operação realizada pelos parlamentares gerará, na prática, um corte de 89,24% nas dotações orçamentárias previstas.” A situação é gravíssima tendo em vista a aprovação, por este mesmo Congresso Nacional, da PEC 55/16, a PEC da Morte, a PEC dos Gastos Públicos, que congelará os investimentos em educação para os próximos 20 anos.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014), a Educação recebe mais investimentos e ganha mais qualidade, da creche à pós-graduação. O orçamento cresceu fortemente: de R\$ 18 bilhões em 2002 para R\$ 115,7 bilhões em 2014. O aumento real foi de 218%. Podem ser assinaladas ainda mudanças da creche à pós-graduação, passando pela escola em tempo integral: revolução no ensino técnico e profissional, expansão e interiorização das universidades federais, entrada dos jovens pobres no ensino superior, bolsas de estudo para as melhores universidades do mundo. A Educação passou a ser ferramenta de combate às desigualdades e motor de desenvolvimento. O que antes era gasto tornou-se investimento. Um investimento no futuro do Brasil e dos brasileiros. Com os Golpistas as conquistas retrocedem e, portanto é necessário reverter o golpe. O Momento é complexo, difícil e as saídas não serão simplistas, pragmáticas e imediatistas.

⁴ <http://www.diretodaciencia.com/2016/12/27/veto-de-temer-sujeita-ensino-superior-federal-a-contingenciamento-em-2017/>

O *Golpe na Educação* ainda está por ser avaliado⁵. Mas, se tomarmos como referência as medidas imediatas entre as quais a reforma inconstitucional⁶ do Ensino Médio (MP 746/16)⁷, a Escola Sem Partido, com a Lei da Mordada, o contingenciamento de verbas para as universidades, o cancelamento de concursos públicos, o desmonte de Comissões, Fóruns e representações, o não cumprimento das Metas do Plano Nacional de Educação, as ingerências privatistas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), O Sistema Nacional de Educação, O Fórum Nacional de Educação⁸, o Conselho Nacional de Educação, A Conferência Nacional de Educação, e demais Programas e Ações por dentro da Estrutura Ministerial, as influências de grupos conservadores e privatistas, por exemplo, MBL, Escola sem Partido, Todos pela Educação, Fundação Airton Sena, Fundação Lemann⁹, entre outras, e seus *lobby*, influenciando ostensivamente, por dentro do Ministério de Educação, é possível avaliar a extensão dos impactos negativos e o retrocesso que se avizinha.

Para reverter o Golpe que atinge, mais uma vez, frontalmente, a escolarização da classe trabalhadora no Brasil, em especial com a PEC 55/16, (A PEC da Morte), esforços deverão ser unificados, em uma frente única, em defesa da Educação Pública, Laica, de Qualidade, Socialmente referenciada. Um **Frente Única que construa a Greve Geral dos Trabalhadores no Brasil**. E esta tarefa, de construir uma Frente Única e construir a Greve Geral, que está sendo convocada pela maior central sindical do Brasil – A Central Única dos Trabalhadores (CUT)-, caberá também aos organismos da classe trabalhadora, seus Movimentos Sociais, Populares, Estudantil, Partidário e Sindical. O ANDES-SN não poderá se omitir nesta tarefa.

Retomando, portanto, as teses fundamentais do ANDES-SN para a UNIVERSIDADE Brasileira, principalmente no item sobre Financiamento estamos encaminhando o seguinte TEXTO RESOLUÇÃO:

TR - 38

O ANDES-SN deverá contribuir na construção da *Frente Única*, com os demais organismos de luta da classe trabalhadora, para construir a greve geral e defender:

- a) A luta permanente pela soberania do Brasil, contra o imperialismo e a ingerência de mecanismos internacionais na Educação Brasileira;
- b) O pressuposto básico do financiamento público com recursos arrecadados pelo Estado garantindo, por meio do ensino público, laico e gratuito, de qualidade socialmente referenciada, o atendimento pleno das demandas sociais por educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.
- c) A ampliação gradativa das verbas para a educação, à luz da meta 20 do PNE (mínimo de 7% do PIB em 2019 e mínimo de 10% até 2024), evitando-se novos contingenciamentos orçamentários nas áreas de educação, saúde, assistência social e demais políticas que se

⁵ Sobre “O Golpe na Educação” levando em consideração o Golpe de 1964 temos a obra de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes, editada pela Jorge Zahar Editora em 1985 Nesta obra os autores descrevem o contexto, os Movimentos de Cultura a Educação Popular, os acordos MEC-USAID: em direção aos anos de Chumbo e a Educação pela repressão, a educação como grande negócio, a exclusão pela base, a profissionalização fracassada, a educação Moral, Cívica e Física e a Universidade Modernizada, Amordaçada e Privatizada. Por fim tratam do tema “Para Reverter o Golpe” que durante 20 anos de regime autoritário impôs retrocessos ao projeto de escolarização da classe trabalhadora brasileira. Mantida as devidas proporções, vivemos hoje, sob tal jugo do capitalismo renovado, por seus novos agentes – imperialista, parlamentares, judiciário, empresarial, midiático -, cuja linha de frente são os Golpistas de 2016. Os impactos na Educação atingirão negativamente o futuro de gerações no Brasil.

⁶ Ver sobre a inconstitucionalidade desta Medida Provisória 746/16 in: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/20/politica/1482242766_077850.html. Ver mais sobre a PEC 241 e a MP 746 in: <http://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/PEC-241-e-MP-746.pdf>

⁷ Medida Provisória adotada pelo Governo Golpista de Michel Temer e que está sendo duramente criticada e contestada, em especial pela Juventude que está ocupando mais de mil escolas no Brasil e pela CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

⁸ <http://fne.mec.gov.br/>

⁹ <http://www.fundacaolemann.org.br/>

relacionam com a manutenção das matrículas nas escolas públicas de educação básica e nas instituições públicas de ensino superior, com a melhoria das condições físicas das escolas e de aprendizagem dos estudantes, com a elevação dos níveis de escolaridade da população jovem e adulta, a garantia do direito a alfabetização e, enfrentamento do analfabetismo absoluto e funcional da população acima de 15 anos de idade.

d) A derrubada da Medida Provisória 746/16 da contrarreforma do Ensino Médio.

e) A derrubada da Proposta de Emenda a Constituição (PEC N.55/16) que limita gastos públicos pelos próximos 20 anos.

f) A derrubada dos vetos infringidos pelo golpista Michel Temer nas Leis de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO/2017) e derrubada da operação desastrosa feita pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 com a criação de uma nova fonte de recursos (fonte 900) retirando verbas das áreas de Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação.

TEXTO 39

Contribuição dos(as) professores(as) José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT), Lélida Lacerda (ADUFMAT), Reginaldo Silva Araújo (ADUFMAT), Antônio Rosevaldo F. da Silva (ADUFS-BA), Althen Teixeira Filho (ADUFPEL), Antônio L. Philomena (APROFURG), Carlos Domingos da Silva (ADUR-R), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS), Lyliane Gregory (ADUSP).

O TSUNAMI DO CAPITAL PARA DESMANCHAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SE APOSSAR DAS FONTES DE ENERGIA, DOS RECURSOS NATURAIS E EXPROPRIAR AS TERRAS INDÍGENAS.

TEXTO DE APOIO

A partir do final dos anos 60 do século passado, os confrontos bélicos árabe-israelense (Guerra dos Seis Dias, em 1967 e Yom Kippur, em 1973), a guerra Irã-Iraque (1980 e 1988) e as guerras no continente africano explicitaram a disputa mundial por fontes energéticas, recursos naturais, renováveis ou não, e propriedade intelectual, especialmente, dos produtos químicos, farmacêuticos e agrônômicos. Some-se a quebra unilateral do sistema denominado Bretton Woods pelos Estados Unidos (Choque Nixon de 1971) colocando fim as moedas que estavam lastreadas pelo padrão-ouro, tornando-as, então, vinculadas ao dólar. Com isso, dos anos 70 para cá, um novo sistema hegemônico foi sendo articulado e imposto ao mundo pelos países centrais e pela mundialização do capital.

No âmbito da ONU foi organizada e realizada a Conferência de Estocolmo-72, que teve como referência um documento patrocinado pelo Clube de Roma, criado por empresários e executivos da Xerox, IBM, Fiat, Remington Rand, Olivetti, dentre outros. O documento conhecido como Relatório Meadows (*Os limites do crescimento*) foi elaborado pelo MIT – Massachusetts Institute of Technology, onde alertava e procurava estimar o esgotamento dos recursos naturais, se mantidos os níveis de crescimento predominantes à época. Obviamente, como resultado, a questão ambiental aflorou na arena da contradição entre a lógica do capital e a ideia de “responsabilidade social”, ganhou os circuitos alternativos e o reconhecimento de sua importância. No entanto, também as disputas pelos recursos naturais se intensificaram, neste momento de reordenação produtiva.

Em outra frente, foi organizada e realizada a Rodada Uruguai do GATT (sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio) a partir de setembro de 1986, conforme encontro ministerial de Genebra do GATT (1982). A rodada foi preparada pelo governo norte-americano e se realizou no contexto do liberalismo de Reagan e Thatcher. Os pontos principais da pauta, após forte pressão norte-americana, foram a reforma do GATT e a inclusão, dentre outros, do tema das patentes sobre a propriedade intelectual, com ênfase sobre os produtos farmacêuticos, agrônômicos, biotecnológicos e culturais (condição imposta pelos Estados Unidos para participar e acatar os resultados da rodada). Ao final da Rodada Uruguai, em 1994, com vigência das decisões tomadas a partir de 1995, o GATT foi transformado na OMC – Organização Mundial do Comércio e aprovado a TRIPS (sigla em inglês para o acordo sobre os aspectos relacionados ao comércio dos direitos à propriedade intelectual, incluindo o comércio de bens contrafeitos). Com a transformação do GATT na OMC, esta passou a integrar, com o Banco Mundial e o FMI, o tripé de defesa dos interesses do capital, tendo à frente os Estados Unidos e o Reino Unido.

Na Parte I, o TRIPS define que um país membro não pode tratar legalmente outro de forma diferente. Na Parte II, estabeleceu o uso da propriedade intelectual para todos os conhecimentos tecnológicos, obras artísticas, culturais e científicas, isto é: direitos autorais (copyrights), desenho industrial, marcas, patentes, indicações geográficas, segredos industriais, desenhos de circuitos integrados, controle de práticas não competitivas em licenciamentos, cultivares e conhecimento tradicional, livros, músicas, filmes, imagens, programa de computadores, dentre outras. Portanto, uma forma organizativa que tem como centralidade a fixação de controle hegemônico sobre qualquer material e instrumental que detenha potencial comercial, inclusive animais, plantas, métodos de diagnósticos ou terapêutica para tratamento humano ou veterinário e produtos de engenharia biológica.

Nesse sentido, é fundamental ter claro, que é vital para o capitalismo o direito à propriedade intelectual (patentes), para que seja garantida em tempo dito de “paz”, a liberdade e hegemonia do mercado e a acumulação de capital, então, com o uso da lei e da força do Estado. Tais acontecimentos internacionais repercutiram negativamente na América Latina, contribuindo para a ocorrência de uma série de inadimplências; sendo o México o primeiro atingido em 1982. O mesmo aconteceu com o Brasil, que com o fim do governo militar, que havia adotado um plano de investimentos respaldado por financiamentos obtidos no estrangeiro, em particular nos Estados Unidos, se viu sem liquidez para movimentar o erário no sentido de dar vazão aos acordos econômicos. Como tentativa para resolver a situação de inadimplência de diversos países latino-americanos, os Estados Unidos que, ao lado do Reino Unido, vinha difundindo, desde a década de 70, o avanço do neoliberalismo, lançou o plano Baker (1985), o plano Brady (1989) e o Consenso de Washington (1990).

Enquanto isso, por aqui, em 1987 e 1988, era discutida e promulgada a Constituição Federal. A despeito da mobilização e participação da sociedade, que garantiu direitos sociais importantes e mecanismos que podem/poderiam ampliar a soberania e autonomia do país, não deixou de ser perceptível a atuação dos crupiês e dos lobistas das empresas privadas e dos banqueiros junto à parlamentares e instituições do Estado, que negociavam cinco anos de mandato para o oligarca e ex-líder da ditadura empresarial-militar Presidente José Sarney. Se havia dúvidas, passados vinte e oito anos, as mesmas deixaram de existir em relação à estratégia que o capital utilizou durante todo o processo constituinte; isto é, o que não conseguiram aprovar no texto final que foi promulgado, o emendariam a partir dos candidatos a Presidente da República que, a posteriori, financiariam e pretendiam eleger. E elegeram todos, desde Collor. Basta verificar os financiadores de campanha junto ao TSE – Tribunal Superior Eleitoral e o que está ocorrendo no país desde, pelo menos, à eleição de 2014.

Não obstante, temos nesse cenário, que os “donos da banca” buscavam com os planos elaborados pelo governo americano em sua cruzada neoliberal, a organização de expedientes de desarticulação das conquistas construídas naquele contexto político, tendo nas Emendas Constitucionais subsequentes, sistematicamente aprovadas, seu veio de avanço. Para garantir a

adesão aos planos, é importante ressaltar que foi criado um exército de ocupação composto por cérebros de aluguel (os Chicago's boy e de outras instituições, inclusive de universidades públicas brasileiras), crupiês travestidos de economistas e apoio intensivo e abusivo dos meios de comunicação.

OS PLANOS BAKER, BRADY E O CONSENSO DE WASHINGTON.

PLANO BAKER.

O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, em outubro de 1985, apresentou um plano (Plano Baker) para promover o crescimento econômico dos países endividados a fim de que pudessem pagar suas dívidas e voltassem a ter acesso a novos financiamentos internacionais. Buscava também, com tal iniciativa, resolver a situação interna americana que se especulava, à época, estaria à beira de restrição de crédito e, ao mesmo tempo, evitar que bancos americanos avançassem na perda de rentabilidade e, pudessem até vir a falir – situação, que mesmo que teoricamente possível, mas frente a sua condição de epicentro financeiro, surreal.

Para efetivarem as medidas, o Banco Mundial-FMI-GATT (a partir de 1994 transformado na OMC) se tornaram os gestores da crise do endividamento e da reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, assim como seus principais avalistas. Nesse contexto, foram estabelecidos os Programas de Ajuste Estrutural (SAPs, a sigla em inglês) que significaram imposição de severas condições macroeconômica e setoriais com o objetivo de *“pagamento da dívida e transformação da estrutura econômica dos países de forma a eliminar características indesejáveis ao desenvolvimento neoliberal – protecionismo, excesso de regulação e intervencionismo”*. Fundamentalmente, expedientes que visavam estabelecer uma concepção mais adequada de crescimento liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxa do ponto de vista monetário. Para ter acesso ao dinheiro, os países teriam que se submeter às medidas recomendadas pelo FMI: - aumento de impostos, aumento de tarifas, desvalorização da moeda, redução dos gastos governamentais e reestruturação produtiva e do mundo do trabalho. O plano previa que o Banco Mundial e alguns bancos privados deveriam liberar novos empréstimos (da ordem de US\$ 29 bilhões) por prazo de um ou dois anos, com a retórica de desonerar os Estados endividados, mas na verdade era mais um dispositivo de atendimento ao loteamento rentista das economias reféns.

Em 1987, ficou claro que o plano não atenderia os seus objetivos e, os bancos privados acabaram sendo os principais, se não os únicos, beneficiários do plano ao transferirem para os bancos oficiais dos países desenvolvidos a maior parte das dívidas.

Em fevereiro de 1987, o Brasil suspendeu unilateralmente e por tempo indeterminado o pagamento da dívida, utilizando a moratória como instrumento de negociação. Os credores, tendo em vista os seus interesses, não partiram para retaliações e nenhuma catástrofe aconteceu. Enquanto isso, se desenvolvia o processo constituinte e a atuação dos lobistas junto aos parlamentares e ao poder executivo.

PLANO BRADY E O CONSENSO DE WASHINGTON.

O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas F. Brady, em março de 1989, anuncia o plano, que teve seu nome, para renovar a dívida externa dos países em desenvolvimento. Como condição para o abatimento dos encargos da dívida, os países, além de emitir bônus (“bradies”) para a securitização da dívida, deveriam promover reformas liberais em seus mercados, ou como preferia o Secretário Brady, “reformas estruturais”. Participaram da reunião inicial e aderiram ao plano: - Argentina, Brasil, Bulgária, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Polônia e Uruguai.

O Brasil concluiu o acordo em 1994, “coincidentalmente” no mesmo ano que tem o início o Plano Real (01/07/1994) e que ocupava, desde maio de 1993, o cargo de Ministro da Fazenda o

“novo” candidato à presidente escolhido pelo “mercado” para ser “eleito” e se tornar o futuro representante dos “donos da banca”.

Em 1989 ocorreu, também em Washington, paralelamente ao início das negociações do Plano Brady, um encontro que ficou conhecido como Consenso de Washington, convocado pelo Institute for International Economics, que tinha como diretor o economista John Williamson, para avaliar as reformas econômicas na América Latina. Participaram do encontro diversos economistas latino-americanos liberais (parte da tropa de ocupação), funcionários do FMI, do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e do governo norte-americano. Como já mencionado, as ideias neoliberais já eram aciosamente divulgadas, particularmente pelos Estados Unidos e Reino Unido, e adotadas como pré-requisito para a concessão de empréstimos por instituições como o Banco Mundial e o FMI.

As conclusões do Consenso de Washington constituem um conjunto de medidas, compostas de dez regras básicas, para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento, isto é:

- 1) Disciplina fiscal: o Estado deve limitar os gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
- 2) Redução dos gastos públicos: o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários.
- 3) Reforma fiscal e tributária: governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos e ampliar a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos.
- 4) Juros de mercado: os mercados financeiros domésticos devem determinar as taxas de juros de um país. Taxas de juros reais e positivas desfavorecem fugas de capitais e aumentam a poupança local.
- 5) Câmbio de mercado: países em desenvolvimento devem adotar uma taxa de câmbio competitiva que favoreça as exportações tornando-as mais baratas no exterior.
- 6) Abertura comercial: as tarifas devem ser minimizadas e não devem incidir sobre bens intermediários utilizados como insumos para as exportações. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia.
- 7) Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições: investimentos estrangeiros podem introduzir o capital e as tecnologias que faltam no país, devendo, portanto, ser incentivados.
- 8) Privatização das estatais: tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores. Logo, o Estado deve vender empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e de implementar políticas sociais.
- 9) Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas: a regulação excessiva pode promover a corrupção e a discriminação contra empresas menores com pouco acesso aos maiores escalões da burocracia. Os governos precisam desregular a economia.
- 10) Direito à propriedade intelectual: os direitos de propriedade devem ser aplicados. Sistemas judiciários pobres e leis fracas reduzem os incentivos para poupar e acumular riqueza.

Mesmo com tal receituário, em 1994, houve uma nova quebra do México. O Banco Mundial, tendo como referência o aprofundamento do processo de desregulamentação e a abertura econômica iniciada nos anos 80, criou, então, um novo pacote de reformas denominadas de segunda geração que envolvia:

- Aprofundamento dos processos de abertura comercial, desregulamentação e privatização.

- Aumento da poupança interna, via reforma fiscal (redução do gasto público e reforma tributária) e estímulo à poupança privada.
- Reforma (privatização) do sistema da previdência.
- Estímulos ao investimento privado em infraestrutura.
- Flexibilização do mercado de trabalho (redução dos encargos)
- Reforma no sistema educacional.
- Implementação de programas sociais focalizados na oferta de serviços públicos para os grupos mais pobres.
- Reforma institucional e reestruturação do Estado.

O pacote do Banco Mundial foi divulgado com o discurso de que tinha por objetivo, criar instituições capazes de desempenhar as novas tarefas do Estado, manter a ordem pública, prestar serviços sociais básicos para os pobres, fornecer infraestrutura e garantir sistemas legais e normas regulamentadoras fortes, bem como reformar o sistema político e jurídico no sentido de facilitar a implementação das reformas.

O Brasil, embora não tenha aceitado de imediato a cartilha do Consenso de Washington, foi o país que mais velozmente a aplicou na década de 90. Reformou o Estado e entregou, a preço vil, as estatais dos setores de energia, telecomunicações, mineração, petroquímica, etc., para a iniciativa privada, num processo de privatização totalmente lesivo à nação brasileira. O processo continuou no início do século XXI e, em 2016, após o golpe empresarial-parlamentar, vem sendo aprofundado e avança com velocidade assustadora.

MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS DA DÉCADA DE 1990 PARA ATENDER A ESTRATÉGIA E INTERESSES DO CAPITAL

Após financiar e eleger, em 1989, o primeiro Presidente da República, o capital continuou com sua estratégia para adaptar a Constituição Federal de 1988 aos seus interesses, tendo como referência o receituário da cartilha do Consenso de Washington. As primeiras emendas (números 1 a 4) se deram antes da instalação do Congresso Revisor e da posse de FHC, em destaque:

1. A Emenda Constitucional nº 1/31.03.1992 dispôs sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores. Posteriormente, foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19/04.06.1998.
2. A Emenda Constitucional nº 2/ 25.01.1992, promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dispôs sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, antecipando o plebiscito para 21/04/1993 (estava previsto para 07/09/1993).
3. A Emenda Constitucional nº 3/ 17.03.1993 alterou diversos dispositivos constitucionais referentes aos artigos 40, 102, 103, 150, 155, 156 e 160. Dispôs sobre aposentadoria e pensões dos servidores públicos, e sobre matéria tributária.
4. A Emenda Constitucional nº 4/14.09.1993 deu nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, estabelecendo que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 4/14.09.1993, encerra-se o primeiro ciclo das emendas revisoras produzidas pelos constituintes do Colégio revisor.

A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO CAPITAL E A SEGUNDA ETAPA DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS.

A segunda etapa de emendas constitucionais, não por acaso, se dá com a eleição do segundo Presidente da República, pós-promulgação da C. F. de 1988, em 3 de outubro de 1994 e, com a

renovação da composição do Congresso Nacional, quando os candidatos apoiados pelos “donos da banca” e ligados aos partidos do poder se tornaram maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Comandados por FHC, o mesmo do Plano Real e Plano Brady, foram encaminhadas e promulgadas emendas que possibilitaram a implementação de uma política econômica que devassou ao capital estrangeiro sua participação nas atividades econômicas nacionais, assim como de empresas privadas em atividades então monopolizadas pelo Estado. Tudo de acordo com o receituário do Consenso de Washington.

O Estado brasileiro, frente ao modelo preconizado de Estado mínimo, foi adaptado à nova realidade do intervencionismo neoliberal, para atender os interesses do capital internacional, com a promulgação das Emendas Constitucionais nº 5,6,8 e 9, em 1995, ainda no primeiro ano do primeiro mandato de FHC. Some-se a Lei nº 8987/13.02.1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal.

Com esses ajustes na C.F. de 1988, o capital conseguiu fortalecer sua estratégia de fazer avançar no texto constitucional seus interesses de abertura de mercado e desestatização. As Emendas Constitucionais, publicadas a partir de agosto de 1995, permitiram para a iniciativa privada prestar os serviços de gás canalizado, controlar as empresas de telecomunicações e participar de atividades da indústria de petróleo e gás natural.

Por meio dessas emendas e da Lei de Concessões, o Estado se alinhou, no processo de mundialização do capital, às correntes internacionais e revalorizou os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência ao permitir que empresas privadas, constituídas sob as leis brasileiras, explorem atividades antes exclusivas de empresas cujo mandatário era o Estado. Portanto:

1. A Emenda Constitucional nº 5/ 15.08.95 permitiu a concessão a empresas privadas a exploração dos serviços locais de distribuição de gás canalizado. Anterior a esse texto, a redação do art. 25, § 2º, da Constituição Federal dispunha que tais serviços deveriam ser explorados diretamente pelo Estado ou através de concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição.

2. A Emenda Constitucional nº 6/15.08.95 significou a adoção do esquema de desnacionalização da economia brasileira, fomentada pelo neoliberalismo instalado no poder como cães-de-guarda do receituário do Consenso de Washington.

Com essa Emenda Constitucional foi retirado do texto o tratamento diferenciado das empresas brasileiras e das empresas brasileiras de capital nacional. O art. 171, anterior à promulgação da emenda, considerava empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país; já empresa brasileira de capital nacional era aquela cujo controle efetivo estivesse sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas ou residentes no país ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo a titularidade da maioria de seu capital com direito a voto e o efetivo exercício de poder decisório em sua gestão. O art. 171 previa que somente a empresa brasileira de capital nacional poderia ser beneficiária de proteção, de benefícios especiais temporários para desenvolvimento de atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do país e de tratamento preferencial na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público.

3. A Emenda Constitucional nº 6/15.08.1995 alterou também o princípio geral da atividade econômica consistente no tratamento favorecido para empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte (inc. IX do art. 170 da CF), que passou a ser dirigido às empresas brasileiras de pequeno porte. Assim, os benefícios desse princípio da ordem econômica passaram a ser estendidos a quaisquer empresas de pequeno porte, não importando que sejam de capital nacional ou de capital estrangeiro, desde que se constituam sob as leis brasileiras e tenham sede e administração no país. Alterou, ainda, o art. 176, § 1º, da CF, que antes da emenda permitia

somente a autorização ou a concessão da pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica a brasileiros ou à empresa brasileira de capital nacional.

Com a promulgação da emenda, a mencionada autorização ou concessão pode ser dada à empresa brasileira (constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no país), que pode ou não ter a participação de capital estrangeiro. Essa modificação abriu uma porteira para a desnacionalização do subsolo e dos potenciais de energia hidráulica. Atendeu-se plenamente o receituário do Consenso de Washington e Banco Mundial-FMI eliminando a distinção entre as empresas em razão da origem de seu capital, com o objetivo de propiciar ambiente favorável à sua mundialização.

4. A Emenda Constitucional nº 7/15.08.95 representou, da mesma forma, abertura de mercado, ao permitir às embarcações estrangeiras a navegação de cabotagem e a navegação interior, que antes eram atividades privativas de embarcações nacionais, exceto em caso de necessidade pública. O § 2º do art. 178 da CF, em seu texto anterior, dispunha sobre a necessidade de serem brasileiros os armadores, os proprietários, os comandantes e dois terços, no mínimo, dos tripulantes das embarcações nacionais. Esse parágrafo foi simplesmente suprimido pela Emenda Constitucional nº 7/15.08.95 do art. 178 da CF, garantindo livre acesso ao território brasileiro para o mundo – uma verdadeira casa de mãe-joana.

5. A Emenda Constitucional nº 8/15.08.95 manteve a mesma linha de remoção de todos os ingredientes nacionalistas da C.F., em nome de uma abertura completa e inadvertida da riqueza nacional aos capitais estrangeiros.

Com essa emenda ficou liberada a autorização, concessão ou permissão, a empresas privadas, da exploração dos serviços de telecomunicações, mantendo a possibilidade de exploração direta da atividade pelo Estado. Anterior à promulgação dessa emenda, o texto constitucional, no inc. XI do art. 21, previa somente duas formas de exploração dessa atividade; de modo direto pelo Estado ou através de concessão à empresa estatal.

6. A Emenda Constitucional nº 9/09.11.95 deu nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos sobre matéria constitutiva do monopólio da União, no que diz respeito a petróleo, gás natural e minerais nucleares e seus derivados. Liberou geral, mas não parou por aí.

No nível da legislação infraconstitucional, por exemplo, a partir de janeiro de 1995, quando entraram em vigor as deliberações da mencionada Rodada Uruguai, o Brasil teria até 10 anos para se adaptar ao previsto no acordo TRIPS. Contudo, após muita propaganda e discursos cheio de chantagens de autoridades brasileiras do primeiro escalão, inclusive dos Presidentes da República e do Congresso Nacional, do mandarinato da ciência, da banda entreguista de várias sociedades científicas, dos econometristas da tropa de ocupação, dos setores sanguessugas da mídia, etc., em maio de 1996 (*um ano depois*), foi imposto ao país a Lei 9279/96 – Lei da Propriedade Industrial Brasileira. Um projeto de lei encomendado pelo governo brasileiro e redigido, em 1989, pela WIPO (World Intellectual Property Organization /OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual) uma entidade de [Direito Internacional Público](#) com sede em [Genebra \(Suíça\)](#), integrante do [Sistema das Nações Unidas](#). Depois de traduzido, em 1991, foi encaminhado ao Congresso Nacional.

O governo brasileiro, agindo dessa maneira e em detrimento dos interesses nacionais, recusou voluntariamente o período de transição previsto (10 anos) e instituiu novas regras de proteção aos direitos de propriedade para patentes, inviabilizando as possibilidades de se copiar produtos que ainda se encontravam ou se encontram no período de proteção, obrigando as empresas locais a se adaptarem rapidamente com prejuízos para as mesmas, principalmente, no setor farmacêutico.

Com a Lei 9279/96, o Brasil cedeu mais do que foi exigido internacionalmente. A lei brasileira não garante acesso à tecnologia; permite a proibição de compra, por parte de uma empresa brasileira, de um objeto de um produtor que o próprio país tenha licenciado; torna o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual apenas um órgão de registro, não permitindo que o

mesmo possa analisar os contratos, mesmo que com cláusulas abusivas junto com a venda de tecnologia; possibilita que as empresas estrangeiras (tornadas nacionais pelas emendas citadas) possam obrigar as empresas brasileiras a comprar insumos diretamente do fornecedor de tecnologia ou em fontes por elas definidas, ou determinar/delimitar o território em que o produto final poderá ser produzido; garante a liberdade de remessas de lucro entre a filial no Brasil e a matriz no país de origem.

O que ocorreu no Brasil, no período de imposição da antecipação da lei, foi o cerceamento da discussão, mesmo havendo pelo menos 10 anos de prazo, e a desqualificação de qualquer interlocução que questionasse os atos do governo e os interesses econômicos envolvidos. E mais, houve uma vergonhosa submissão das autoridades brasileiras às pressões americana, europeia e japonesa no sentido de implantar as reformas liberalizantes e aprovar a lei da propriedade intelectual. Nos anos 90, com Collor e FHC e depois com os governos petistas, que pouco ou nada modificaram, a Constituição Federal foi emendada para atender os interesses do capital. O conceito de empresa nacional foi modificado para beneficiar o capital transnacional em todas as suas frentes de atuação no território brasileiro.

O Estado sofreu reformas, na verdade contrarreformas, seguindo o modelo moldado pelo BIRD/FMI/OMC, para delimitar o seu tamanho com a privatização das empresas estatais do setor de infraestrutura; publicização e terceirização das atividades; desregulamentação e redução do grau de intervenção do Estado; aumento da governança com a reforma administrativa e da governabilidade com a reforma política.

Com as estratégias de publicização, privatização e terceirização o Estado buscou (e continua buscando) se descompromissar com as políticas *sociais, de educação, ciência e tecnologia*. Em relação às universidades públicas, foram impostas modificações que as estão tornando supermercados de venda de serviços. Inicialmente, com a promulgação da Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10793/2004), posteriormente transformada no famigerado Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13243/2016), articulado com as demais políticas públicas, em especial as de infraestrutura e a industrial e tecnológica, além de não resolver os gargalos da inovação tecnológica, submeteu as universidades e institutos de pesquisas públicos aos interesses das empresas e da geração de patentes.

Se considerarmos a “frankensteinização” da C.F. de 1988, as leis que vem sendo imposta (Propriedade Intelectual; Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação; Código de Mineração; Marco da Biodiversidade; Código Florestal, etc.), bem como com a continuidade da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, vigentes desde 1990 e, o controle que as empresas transnacionais passaram a ter sobre os nossos recursos naturais, as telecomunicações e o mercado financeiro, continuaremos submetidos a uma sofisticada forma de pilhagem de nossos recursos naturais e longe de enfrentar a submissão do país ao colonialismo tecnológico, além de favorecermos a exploração da mão-de-obra em todos os níveis, inclusive universitário.

Um exemplo para ilustrar é o crescimento das fusões e aquisições envolvendo o capital estrangeiro no Brasil, nos anos 90. Os dados oficiais indicam que cresceram 44%, sendo que das 2308 operações do período, pelo menos 60% envolveram recursos estrangeiros. Os EUA, França, Portugal e Espanha, nessa ordem, foram os que mais investiram. Os setores com maior predominância foram: alimento, produtos químicos e petroquímicos, metalurgia e siderurgia, financeiro, eletroeletrônico, autopeças, telecomunicações, tecnologia da informação, publicitário e editorial. O mais assustador é que a sangria continuou/continua no século XXI, quando aproximadamente 1300 empresas brasileiras foram adquiridas pelo capital internacional. Nos últimos 10 anos, isso representou remessas de cerca de US\$ 410 bilhões pelas empresas transnacionais para suas matrizes fora do país; ou seja, bem mais do que os US\$ 345 bilhões que o país conseguiu acumular de reservas.

No setor farmacêutico que, em tese, seria um dos principais beneficiários pela Lei da Propriedade Intelectual, abstraída a forte presença e controle do setor pelas transnacionais, duas aquisições merecem ser lembradas: - a primeira, a aquisição da Biobrás pela Novo Nordisk, em 2002, por R\$ 75 milhões. A Biobrás era uma empresa de capital nacional e a única que produzia

insulina humana a partir de matéria-prima animal. A Novo Nordisk, sediada na Dinamarca, é uma empresa líder mundial no tratamento do diabetes. A empresa tem o maior portfólio de produtos para diabetes na indústria, incluindo os mais avançados sistemas de aplicação de insulina. A compra da Biobrás pode significar a perda de uma das poucas empresas nacionais com experiência no desenvolvimento tecnológico de fármacos.

A segunda, foi a aquisição da Nikkho do Brasil pela indiana Zydus Cadila, em 2007, por US\$ 26 milhões, o que a posicionou estrategicamente no mercado de genéricos. A Nikkho do Brasil possuía cerca de 13 medicamentos de marca em 22 apresentações. A Zydus Healthcare Brasil Ltda. é uma subsidiária da Cadila Healthcare Ltda, Índia. A Zydus Cadila fornece produtos que variam de formulações, princípios ativos, produtos veterinários a cosméticos. O grupo está presente em 40 países ao redor do mundo com escritórios nos EUA, Europa, África do Sul, América Latina e Ásia. No que se refere ao relacionamento das universidades com as empresas, um dos problemas criados foi a pressão pelo patenteamento da pesquisa acadêmica e as altas taxas cobradas pelas fundações de direito privado, criadas para o estabelecimento e gerenciamento dos contratos. Para vencer esse colonialismo científico-tecnológico, precisamos de um processo educativo que amplie os horizontes das pessoas e da sociedade. Nessa perspectiva, enquanto os países mais industrializados transformaram as suas estruturas educacionais para atender aos seus interesses; no Brasil, uma das dez maiores economias do planeta, com uma das mais importantes reservas de biodiversidade e de recursos naturais e energéticos, a situação continua mal resolvida. A formação de pessoal não recebe a atenção necessária e os investimentos, tanto públicos, quanto privados, em ciência e tecnologia, especialmente em P&D – Pesquisa e Desenvolvimento, são reconhecidamente baixos.

Nessa toada, no melhor estilo sertanejo universitário, os governos do PT de Lula e Dilma foram marcados como gestores de um período de maior retrocesso nas leis socioambientais no país. De Marina Silva, passando por Carlos Minc, até Isabella Teixeira, intermediados pelos Ministros da Agricultura, João Roberto Rodrigues, Luís Carlos Pinto Guedes, Reinhold Stephanes, Wagner Rossi, Mendes Ribeiro Filho, Antônio Andrade, Neri Geller, Kátia Abreu, todos representantes, direta e indiretamente, do agronegócio.

No primeiro mandato petista, mesmo com uma retórica e insipiente defesa de políticas de créditos para a agricultura familiar, o cenário e a quantidade de créditos para o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) frente ao volume dispendido ao agronegócio, já traduzia inconsistência política daqueles governos, pois os investimentos – bilhões de reais – construíam a relação de: 10,60% para a agricultura familiar e 89,40% para o agronegócio em 2003; e, de 13,95% para a agricultura familiar e 86,98% para o agronegócio, em 2010. Destacando-se que, a atividade agropecuária vem determinando-se, ao longo dos tempos, como uma das janelas, juntamente com o setor energético e insumos industriais – mineração e produção de energia – por onde a remuneração do capital rentista, em sua face predatória, mais tem solapado as questões ambientais.

Ainda nos governos petistas, foi aprovada a Lei nº 11105/ 24.03.2005, da biossegurança, que só veio beneficiar os oligopólios do setor de biotecnologia – Monsanto, Bunge, Cargil, BASF, dentre outras; colocando a agricultura familiar, numa situação de submissão e escravidão aos oligopólios. Muitas das lavouras de pequenos produtores seguem sob confisco de patentes e do poder econômico, tendo de contaminar suas plantações com agrotóxicos fortíssimos e plantas geneticamente modificadas (uma retroalimentando a outra e desorganizando e destruindo ecossistemas) – como mostram os relatórios do INCA e ABRASCO, sobre soberania alimentar. Ainda nessa farra do boi, ou talvez BBB (boi, bíblia e bala), a política de agrado aos grandes latifundiários teve, nos governos petistas, o seu maior avanço, impondo um retrocesso de mais meio século na legislação de proteção das florestas e povos originários, com as alterações do código florestal; anistiando os predadores históricos (fazendeiros e empresas), diminuindo as áreas de proteção aos biomas brasileiros e criando um conceito fundiário bem próprio à especulação imobiliária e rentista.

Não obstante, os governos petistas, assentados na matriz energética imposta ao país pelos seus antecessores, que favorece a lógica de reestruturação produtiva, com os investimentos massivos, advindos basicamente do BNDES, avançaram na construção de questionáveis complexos de barragens/usinas hidrelétricas como, dentre outros, se destacam Santo Antônio, Girau e Belo Monte pelo seu potencial devastador ao meio ambiente e às comunidades ribeirinhas, assentados e povos indígenas.

A VORACIDADE DO GOVERNO TRANSILVÂNICO-TUCANISTANÊS E SEU REDESENHO LULÍSTICO NA REPÚBLICA DO PETEQUISTÃO, PARA ATENDER A ESTRATÉGIA DO CAPITAL.

As atuais condições vigentes no país, pós-golpe empresarial-parlamentar-midiático com a convivência do poder judiciário, ampliaram com uma voracidade impressionante a implementação da estratégia traçada pelos donos do capital, nos idos de 1987-88, como já comentado no início do texto. No dia seguinte, após assumir interinamente a Presidência da República, o fantoche representante dos “donos da banca”, intensificou o que os governos lulopetistas já traziam a bordo de seu Titanic; dentre outras, publicou a Medida Provisória 727/ de 12 de maio de 2016, dando forma ao que denominou de Programa de Parceria de Investimentos – PPIs.

A MP 727 foi aprovada e transformada na Lei 13334/2016, ressuscitando o processo de desestatização implantado pelo Governo FHC. O inciso III do artigo 1º não deixa margem a dúvidas: - *“III - as demais medidas do Programa Nacional de Desestatização a que se refere a Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997”*.

Em seu artigo 17, a Lei 13334/2016, que poderá ser implementada via decreto presidencial, pretende impor que é quais obras de infraestrutura representarão, em todos os níveis federativos, o caminho prioritário para a acumulação e lucro, tanto para os investidores, quanto para os especuladores nacionais e internacionais. Todos os órgãos, inclusive o MMA – Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o ICMBIO, a FUNAI, Fundação Cultural Palmares e o IPHAN não poderão atuar para evitar que os empreendimentos passem por cima das leis de proteção do meio ambiente, de índios e outros povos e comunidades tradicionais. Ao contrário, serão convocados para emitir as licenças necessárias aos empreendimentos definidos como prioritários pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Na prática serão eliminados todos e quaisquer obstáculos sociais, ambientais, culturais e trabalhistas que possam interferir no lucro buscado pelos investidores privados. Tudo nos termos previstos pelo Consenso de Washington e pelas reformas de segunda geração do Banco Mundial.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em relação ao licenciamento ambiental e sua adequação aos interesses dos empreendedores, destacam-se pelo menos três projetos em tramitação. Na prática, tais projetos acabam com os objetivos do processo de licenciamento ambiental, significam um retorno a trinta anos atrás, fortalecem a aplicação da Lei 13334/2016 (das PPIs) e significará mais uma vitória do capital em sua estratégia de revogar o que não conseguiu derrotar no processo constituinte de 1988. São eles:

a) **O PL nº 3792/2004 que pretende estabelecer a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, cuja aprovação está** sendo buscada via um substitutivo apresentado pelo Deputado Mauro Pereira; sem debates amplos, audiências públicas e participação de especialistas de diferentes setores da sociedade dada a sua complexidade.

b) A PEC nº 65/2012, proposta pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), relatada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), atual ministro da agricultura, foi aprovada na CCJ, em 27/04/2016. A PEC estabelece que, a partir da simples apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental

(EIA) pelo empreendedor, nenhuma obra poderá mais ser suspensa ou cancelada. Se aprovada, o processo de licenciamento ambiental deixará de existir

c) PLS nº 654/2015 de autoria do senador Romero Jucá, que define um prazo curtíssimo para o licenciamento de grandes obras consideradas estratégicas pelo governo, como grandes hidrelétricas e estradas e que estabelece que em caso de descumprimento dos prazos, as licenças estarão automaticamente aprovadas

O ataque do capital para revogar a legislação ambiental se deu e continua em todas as frentes e espaços. Os territórios urbanos, apesar da Lei nº 10257/ 10.07.2001, conhecida como Estatuto da Cidade, foram alvos dos ataques dos capitais especulativos imobiliários. Como consequência aumentou a degradação dos espaços urbanos e rurais, com a destruição de nascentes, de áreas com cobertura vegetal e ocupação de áreas de riscos naturais. A falta de planos diretores na imensa maioria dos municípios brasileiros facilitou o avanço da especulação imobiliária e contribuiu para ampliar a massa de trabalhadores sem acesso aos serviços públicos essenciais. Um exemplo emblemático é o caso recente envolvendo o ex-ministro Geddel Vieira Lima e o tráfico de influência na construção irregular do Edifício *La Vue*, em Salvador – BA, em área de restrições para a ocupação. Inúmeros outros casos se espalham pelo Brasil afora, necessitando o fortalecimento e o apoio a luta dos movimentos sociais que já estão enfrentando o capital especulativo imobiliário

POVOS INDÍGENAS.

Como resultado da organização e da luta constante dos povos indígenas, pela primeira vez uma constituição brasileira incluiu um capítulo específico para tratar dos seus direitos e reconhecer a sua importância. Contudo, desde a promulgação da atual CF, em 1988, o capital, representado pela bancada ruralista, empreiteiras, mineradoras, etc., procura por todos os meios emenda-la; impedir a demarcação, constitucionalmente prevista, das terras indígenas, além de promoverem conflitos e assassinatos de indígenas. Inúmeros projetos de lei e emendas constitucionais tramitam no Congresso Nacional no sentido de revogá-la e descaracterizar. Dentre outras, desde o ano 2000, tramita no Congresso Nacional a PEC 215/2000 que pretende transferir a responsabilidade sobre a demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, num flagrante desrespeito a cláusula pétrea contida no artigo 60 da CF de 1988, ao tentar abolir direitos e garantias individuais de toda a sociedade.

Diante das dificuldades, até o momento, para aprovar a PEC 215/2000 em função da resistência e mobilização dos povos indígenas e o apoio de várias entidades da sociedade civil, o atual governo, para implementar o previsto pela Lei 13334/2016 (PPIs), articula a promulgação de um decreto para definir o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. O decreto, cuja cópia se tornou de conhecimento público, em 12/12/2016, se promulgado e aplicado para atender os interesses previsto pela Lei nº 13334/2016 (PPIs), significará o fim da demarcação das terras indígenas e a possibilidade de rever as demarcações já realizadas, criando, pasmem, “os índios sem-terra”.

Em 12/12/2016, dezenas de entidades – movimentos sociais, sindicatos, sociedades científicas, grupos de estudos acadêmicos de várias universidades, dentre outras, lançaram uma nota que resume os abusos legislativos que constam da minuta do decreto e os impasses que impossibilitarão a resolução dos conflitos atuais, a saber:

“1. Desrespeita a Constituição Federal Brasileira de 1988 ao ignorar o direito originário que os povos indígenas detêm sobre suas terras e recursos naturais, ou seja, direito que antecede à constituição do Estado brasileiro, além de tratar direitos fundamentais como objeto de negociação, desconfigurando a noção de usufruto exclusivo e o caráter imprescritível do direito indígena sobre suas terras.

2. Desrespeita o direito à consulta livre, prévia e informada, garantida pela Convenção 169/OIT ao preparar um Decreto de extremo impacto sobre os povos indígenas, não apenas

sem consultá-los, no apagar das luzes de um ano difícil como o de 2016, numa clara manifestação de má-fé.

3. *Atenta contra direitos constituídos dos povos indígenas, ao reabrir para revisão atos demarcatórios já consolidados, promovendo conflitos em áreas já pacificadas, ao submeter todas as terras indígenas ainda não registradas em cartório ou SPU a novo período de contestação por quaisquer “interessados”.*

4. *Viola os princípios de razoabilidade e eficiência da administração pública ao submeter todos os processos de demarcação em curso à estaca zero, independente da fase em que se encontrem, para cumprir novas regras sobre o processo demarcatório, criadas para dar espaço a decisões políticas sem respaldo técnico.*

5. *Distorce os termos da Declaração da ONU sobre o direito à reparação em casos de inconstitucional remoção dos povos indígenas de suas terras tradicionais, ao abrir a possibilidade de substituição da efetivação do direito à terra por indenização em dinheiro e ao legitimar e oficializar crimes de esbulho territorial cometidos no passado recente contra as populações indígenas.*

6. *Institui tratamento ainda mais desigual aos povos indígenas perante a Justiça, ao introduzir como regra geral todas as condicionantes definidas especificamente para o julgamento da PET 3388, e aplicar “manifestações individuais de Ministros do STF” para restringir direitos, como se fossem súmulas vinculantes.*

7. *Normatiza a inconstitucional aplicação da tese do Marco Temporal para legitimar situações de esbulhos de terras indígenas, posses ilegítimas, irregulares e ilegais e, conseqüentemente, outras violações de direitos humanos dos povos indígenas.*

8. *Transforma a Funai em órgão assistencialista, ao retirar seu papel de órgão de defesa dos direitos indígenas, colocando-a no papel de instância de legitimação de violações de direitos territoriais ou, quando muito, que contabilizaria danos materiais a serem indenizados.*

9. *Atende aos interesses de setores que pressionam pela aniquilação da existência dos povos indígenas enquanto povos autônomos e culturalmente diferenciados, ao criar instâncias revisoras no Ministério da Justiça e Cidadania que tendem a reforçar o poder de barganha política sobre os direitos indígenas ultrapassando suas competências legais.*

10. *Contraria recomendações ao Brasil da Relatora da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, bem como recente Resolução do Parlamento Europeu sobre o tema, agravando violações de todos os direitos humanos dos povos indígenas já indicadas nestes documentos”.*

Finalmente é importante salientar que quando os direitos são iguais, prevalece a força; então necessitamos igualar o jogo de forças dos trabalhadores contra o capital e seus asseclas, pois somente com maior número de militância aguerrida e preparada, poderemos inverter a correlação de forças.

TR - 39

O 36º Congresso delibera:

1. Que as secretarias regionais, em parceria com as seções sindicais, realizem eventos para articular com os movimentos sociais a discussão e organização de luta contra os impactos tecnológicos e sócio-econômico-ambientais das respectivas regiões, produzindo documentos que subsidiem a realização de um evento nacional e que permitam inserir na pauta das lutas a elaboração de planos diretores de desenvolvimento ancorados em ampla participação popular.

2. Realizar, em 2017, a partir dos eventos organizados pelas secretarias regionais, um evento nacional, em parceria com os movimentos sociais, para discutir e organizar a luta contra a expropriação e depredação dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis) e energéticos, os descaminhos das formas de ocupação dos solos urbano e rural.

3. Seja realizada uma reunião conjunta do GTPAUA, GTCT e GTPCEGDS para discutirem as questões que envolvem a demarcação das terras indígenas, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos de suas terras

TEXTO 40

Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Marcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB)

UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA PARA BARRAR O AJUSTE FISCAL

TEXTO DE APOIO

O Projeto de Emenda Constitucional do Fim do Mundo (PEC 55) foi aprovado no Senado e começa a vigorar impondo 20 anos de sufoco nos investimentos públicos em direitos da população trabalhadora. Não foi falta de resistência, afinal a luta contra o PEC tomou grandes proporções, formando um movimento nacional baseado em milhares de ocupações de campi universitários e escolas de educação básica por todo o Brasil. O Andes/SN, juntamente com outros sindicatos, teve um importante papel nesta luta, tanto organizando as manifestações nacionais como a greve contra o PEC.

O projeto do governo é sugar ao máximo os recursos públicos para o aumento de pagamento de juros da dívida pública. De acordo com os “analistas” do capital financeiro, esta é a lição de casa para que o Brasil tenha “os investimentos necessários para crescer”. A esta ladainha, junta-se a grande mídia, a burguesia industrial, representada pela Fiesp e CNI, e os latifundiários, com seus governos de capachos. Os 42% pagos do orçamento federal para juros e amortizações da dívida para meia dúzia de especuladores não é o suficiente – o capital sempre quer mais. Entretanto, com a Desvinculação de Receita da União a receita destinada a outros gastos (como, por exemplo, o da Previdência) acaba também sendo utilizada no aspirador de recursos que é a dívida pública.

A Reforma da Previdência, aumentando o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria e igualando o tempo de mulheres e homens, visa a aumentar a fatia enviada ao bolso dos especuladores. Além disso, dá de presente à burguesia nacional a redução de gastos com os trabalhadores. A Reforma Trabalhista (e a regulamentação da terceirização) que está sendo desenhada também é o presente para a burguesia no setor produtivo e, ao mesmo tempo, une toda a classe dominante em torno deste ajuste fiscal violento. Os ataques são muitos: a MP 746 – Reforma do Ensino Médio, o Projeto de Lei da Escola Sem Partido, além de outras ações buscando a retirada de direitos dos trabalhadores estão por vir. Tudo isso no interior da maior crise política e de legitimidade que o sistema político atual já passou na história do país. Se a burguesia e os governos estão unidos para retirar direitos, a saída está na máxima unidade dos trabalhadores para mantê-los e derrotar os planos de austeridade e o governo Temer.

A luta para derrotar a burguesia deve se dar em um patamar superior de organização do que o que ocorreu até agora. Por isso, a necessidade de construir efetivamente uma Greve Geral. As velhas direções sindicais não estão aptas a dirigir este processo. As centrais à direita, como a Força Sindical, estão com o governo, apesar de escreverem slogans contra algumas reformas para dar respostas a sua base.

A CUT e a CTB (e os partidos que as dirige, PT e PCdoB) estão preocupadas com as eleições de 2018, propondo unicamente como saída a volta de Lula ao Planalto. Querem garantir este

plano se esforçando por uma estabilidade política que garanta a sua candidatura e a continuidade da institucionalidade – basta ver o papel nefasto que o PT tem realizado no Congresso, como foi a ação para manter Renan Calheiros na presidência do Senado, às vésperas da votação do PEC. Isso também explica a falta de vontade em unificar datas de lutas – o exemplo nas discussões em torno do dia unificado de luta em novembro, dias 11 ou 25, é mais que ilustrativo.

Capítulo importante também foi o dia 29 de novembro, dia unificado de luta com grande protesto realizado em Brasília, quando foi votado em primeiro turno no Senado o PEC 55. Esforço gigantesco foi colocado para fazer este ato, um evento histórico de mobilização contra o ajuste. Mais de 30 mil pessoas, na maioria estudantes de ocupações de todo o Brasil, estiveram na frente do Congresso Nacional. Por parte do governo, a resposta foi só uma: repressão desproporcional, centenas de feridos, dezenas de presos, caça aos militantes pela Esplanada e dispersão completa do ato. O dia ficou marcado pela forma com que o governo pretende lidar com qualquer tipo de resistência. Além da abstenção vergonhosa das direções burocráticas das grandes centrais, um balanço importante foi a dificuldade em se organizar uma ação unificada entre os vários grupos, sindicatos e movimentos presentes. Neste processo de resistência destaca-se a ocupação de escolas e universidades como importante forma de luta estudantil. No dia 13 de dezembro, data da votação final do PEC, além de atos espalhados por todos os estados do país, houve também ações radicalizadas, travamento de avenidas e estradas, ocupações de órgãos públicos e passeatas massivas. Em Brasília, a repressão do dia 29 se repetiu.

Se, de um lado, vemos um crescimento da repressão e a união da burguesia para impor seus planos de austeridade, por outro, vemos que as instituições do Estado vivem uma crise catastrófica – na realidade, a direita está dividida e se comendo, chafurdados em um mar de lama. O governo Temer está extremamente fragilizado e mesmo a burguesia faz contas para buscar uma saída. Nas ruas, as lutas vêm crescendo e novos atores importantes têm surgido, negando as velhas burocracias e a saída institucional.

O início de 2017 será quente, pois é necessário barrar a Reforma da Previdência. Para onde devemos apontar? Unidade máxima dos trabalhadores e renovação das direções. Isto significa a superação do lulismo e da CUT, assim como a reconstrução de uma direção combativa que vá até o fim na luta pelos direitos dos trabalhadores, sem as amarras institucionais impostas nos últimos anos ao movimento dos trabalhadores.

O Andes/SN se coloca, dado o momento histórico, como um sindicato de importância ímpar na reorganização da classe: pela sua capacidade de unificar os professores de ensino superior e porque está à frente deste processo de reconstrução de novas organizações e centrais classistas (vide a sua atuação na CSP-Conlutas). O nosso sindicato teve coragem de dizer não à sedução dos benesses das burocracias que ficaram 13 anos encasteladas junto ao Planalto. Os professores e todos os profissionais da educação, em unidade com os estudantes, estão sendo linha de frente para construir este movimento necessário para derrotar o ajuste fiscal. Devemos nos manter de pé, nos unir às outras categorias da classe trabalhadora, barrar os ataques e avançar por mais direitos e na construção de uma sociedade socialista.

TR - 40

1. Que o 36º Congresso do Andes indique a construção de uma Greve Geral, com assembleias e reuniões na base e um encontro nacional de trabalhadores que unifique as iniciativas de resistência ao ajuste fiscal.

TEXTO 41

Contribuição das professoras Andreia Moassab e Patricia Zandonade – Sindicalizadas da SESUNILA Seção Sindical

POLÍTICA DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

[excerto do caderno do ANDES-SN] O ANDES-SN na Luta contra as Opressões: o Machismo, a LGBTfobia, Racismo e pela Defesa dos Povos Indígenas e Quilombolas. O ANDES-SN compreende que a luta contra as opressões é de fundamental importância para a construção de uma sociedade igualitária. Por isso, nos últimos anos, vem ampliando o debate no interior de nossa categoria, buscando avançar na luta, tendo realizado diversas atividades sobre estas questões desde 2011.

Um dos enormes avanços neste sentido foi o debate sobre a inclusão de mães e de pais nos espaços do ANDES-SN. Por muito tempo, os espaços públicos e de atuação política foram ocupados hegemonicamente por homens, em função de uma tradição machista/patriarcalista, que reservava tais espaços aos homens, ao passo que às mulheres era destinado o espaço doméstico. A luta contra o machismo, o sexismo e as opressões de gênero garantiu o engajamento dos companheiros à paternidade corresponsável e à conquista das mulheres na participação nas direções sindicais e, pela base, na construção das bandeiras de luta do movimento docente.

Cresce em nosso Sindicato o número de homens e mulheres, de trans, de gays e de lésbicas que se dividem entre as atividades familiares e sindicais, o que exige, de nós, ampliação do debate para combater toda e qualquer forma de discriminação. Também cresce em nossa categoria, notadamente nos últimos dez anos, com o ingresso de jovens professores/as, o contingente de mulheres que são responsáveis por seus filhos/as, exigindo do Sindicato a ampliação sobre as formas de viabilizar a participação.

[nosso comentário e análise, suporte para o TR] No entanto, ainda que o trabalho do ANDES-SN tenha se ampliado sobre o tema da diversidade nos últimos anos, observamos que ele **tem se limitado apoiar pautas de movimentos externos ao sindicato, pouco inserindo estas questões na agenda das reivindicações da classe docente.**

Por exemplo, apesar de muito se avançar para viabilizar a militância das docentes com o auxílio-creche, não está pautada a participação da docente na carreira no ensino superior, já que os espaços da universidade não estão preparados para a docente-mãe. Além disso, é fundamental ampliar esta visão, incorporando as questões das políticas para a primeira infância, amamentação e outras relacionadas às clivagens de gênero, étnico-raciais e sexualidade, inclusive, considera-las interseccionalmente.

Finalmente, diversos estudos têm demonstrado a enorme desigualdade de gênero na carreira, seja em torno do ambiente sexista e racista das IFES e o assédio moral muitas vezes naturalizado e muito pouco combatido com base na luta sindical, seja, em específico nas dificuldades das mulheres em progressão na carreira em comparação aos seus pares masculinos, o que muito pouco ou quase nada tem sido inserido na pauta do ANDES-SN a respeito.

A SESUNILA, em parceria com o Fórum de Equidade de Gênero da UNILA, tem trabalhado ao longo dos últimos meses na elaboração de uma pauta de reivindicações que atendam a docente trabalhadora, sintetizada a seguir:

1. Exigir que nos programas de qualificação docente sejam levadas em consideração, pelas instituições, a demanda das docentes mulheres (têm mais dificuldade de deslocamento);
2. Reivindicar fator de ajuste para a medição da produtividade docente da mulher nas IFES, variando de acordo com a idade dxs filhxs, conforme tabela sugerida abaixo:

Fator de ajuste para a produtividade docente com base no gênero e raça¹⁰

Idade dos filhos/as	Mulher branca	Mulher negra	Homem branco	Homem negro
0-2 anos ¹¹	5,0	5,5	2,5	3,0
3-5 anos ¹²	4,0	4,5	2,0	2,5
6-10 anos	3,5	4,0	1,0	1,5
> 10 anos ou sem filhxs	3,0	3,5	1,0	1,5

3. Propor que os sindicatos pactuem com as instituições a equidade de gênero na nomeação de cargos de confiança;
4. Incentivar a elaboração de políticas para a equidade de gênero nas instituições, com a inclusão de apoio à docente vítima assédio sexual e/ou moral com base no gênero, ao mesmo tempo em que regulamenta procedimentos para a denúncia destes casos. Incluir também o atendimento profissional bem preparado para orientação de gestantes, mães e pais;
5. Inserir como atribuição dos sindicatos, o auxílio e orientação às docentes para o cuidado com a saúde mental, com vistas a mitigar a opressão com base no gênero oriundas do ambiente de trabalho e da cultura institucional;
6. Promover o empoderamento das docentes, com o debate constante sobre machismo institucional e assédio moral com base no gênero, nem sempre claramente reconhecidos pelas mulheres que lhes são vítimas;
7. Exigir espaços integrais de Unidades de Desenvolvimento Infantil (escolas) nas proximidades dos espaços de trabalho e estudo das universidades, para acolhimento, sobretudo, dxs filhxs de docentes, funcionárixs e alunxs, mas também da população de entorno das instituições.
8. Trabalhar pela criação e designação de espaços de acolhimento infantil e projetos de Ciranda Infantil nas unidades institucionais, para garantir a proximidade da criança e da mãe, da amamentação e do afeto, durante o período laboral. Estes espaços devem ser dotados de micro-ondas, geladeira, lavatório com água quente, brinquedos e livros, trocador, etc, acessado pela criança juntamente de seu cuidador ou cuidadora.
9. Propor campanha contínua para sensibilização das comunidades universitárias para a inclusão da criança junto de seus cuidadores e suas cuidadoras nos vários espaços universitários.
10. Lutar pela licença maternidade ou paternidade de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção.

¹⁰ Calculado a partir da pesquisa de Silmere Alves, “Trabalho Docente, Família e Vida Pessoal: Permanências, Deslocamentos e Mudanças Contemporâneas” (2015, Paco Editorial). O fator 3 como base de cálculo resulta da média de discrepância da produtividade com base no gênero. Isto é, as mulheres precisam em média produzir três vezes mais que os homens para progressões na carreira, o que pode ainda variar conforme a área da docência. Somado a isto, levamos em conta a atenção parental (o cuidado das crianças é uma função/questão social e não individual). O ajuste com base no fator raça foi deduzido a partir dos índices usados para a equidade de gênero, pois não foram localizadas pesquisas sobre a desigualdade na produção docente e progressão na carreira com base nas clivagens étnico-raciais.

¹¹ Para viabilizar o aleitamento materno em livre demanda, conforme orientação da OMS e uma maior participação do pai na primeira infância dos/as filhos/as.

¹² Até o ingresso na educação formal, a atenção parental ainda é bastante solicitada, com níveis distintos entre os gêneros.

11. Propor carga horária máxima de ensino em 8 horas-aulas semanais para docentes com filhos de até 5 anos, podendo ser para pai ou mãe concomitantes.

12. Lutar pela caracterização de violência nas IFES, a rejeição aos/as filhos/as pequenos/as da comunidade universitária em qualquer espaço institucional.

13. Considerar plenamente a Política Pública para Primeira Infância e dos direitos garantidos por lei para as crianças pequenas no desenvolvimento das políticas para trabalhadoras e trabalhadores com filhos.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm)

No que tange às demais formas de opressão, apesar do ANDES-SN introduzir em sua política de classe, gênero, etnia e diversidade sexual a necessidade de “intensificar, no âmbito das seções sindicais, ações contra o racismo, a LGBTfobia e o machismo e as demais formas de opressão”, verificamos que à semelhança das questões de gênero, falta uma abordagem interseccional voltada para a diversidade dxs trabalhadorxs docentes. Isto é, acreditamos ser fundamental inserir uma agenda reivindicativa de direitos trabalhistas que atenda a todos/as, eliminando as formas de clivagem naturalizadas na carreira docente e todas as formas de opressão no ambiente de trabalho, não apenas no ambiente sindical.

Finalmente, mas não menos importante, a sigla GTPCEGDS para designar o GT do ANDES-SN que trata a diversidade é pouquíssimo comunicativo. Uma sigla tem a função de facilitar a leitura e identidade, o que não acontece neste caso, sendo importante pensar um nome mais comunicativo e convidativo para o GT.

TR - 41

O 36º CONGRESSO delibera:

1. Exigir que nos programas de qualificação docente das universidades sejam levadas em consideração, pelas instituições, a demanda das docentes mulheres (têm mais dificuldade de deslocamento).

2. Reivindicar fator de ajuste para a medição da produtividade docente da mulher nas IFES, variando de acordo com a idade dxs filhxs, gênero e raça dx docente, tendo como sugestão a multiplicação da produtividade pelos seguintes fatores:

2.1. para a docente branca com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por cinco; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por quatro; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por três e meio; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por três.

2.2. para a docente negra com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por cinco e meio; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por quatro e meio; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por quatro; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por três e meio.

2.3. para o docente branco com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por dois e meio e com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por dois.

2.4. para o docente negro com filhxs de 0 a 2 anos a sua produtividade deverá ser multiplicada por três; com filhxs de 3 a 5 anos, multiplicada por dois e meio; com filhxs de 6 a 10 anos, multiplicado por um e meio; e com filhxs maiores de 10 anos ou sem filhxs, multiplicada por um e meio.

3. Propor que os sindicatos pactuem com as instituições a equidade de gênero na nomeação de cargos de confiança.

4. Incentivar a elaboração de políticas para a equidade de gênero nas instituições, com a inclusão de apoio à docente vítima assédio sexual e/ou moral com base no gênero, ao mesmo

tempo em que regulamenta procedimentos para a denúncia destes casos. Incluir também o atendimento profissional bem preparado para orientação de gestantes, mães e pais.

5. Inserir como atribuição dos sindicatos, o auxílio e orientação às docentes para o cuidado com a saúde mental, com vistas a mitigar a opressão com base no gênero oriundas do ambiente de trabalho e da cultura institucional.
6. Promover o empoderamento das docentes, com o debate constante sobre machismo institucional e assédio moral com base no gênero, nem sempre claramente reconhecidos pelas mulheres que lhes são vítimas;
7. Exigir espaços integrais de Unidades de Desenvolvimento Infantil (escolas) nas proximidades dos espaços de trabalho e estudo das universidades, para acolhimento, sobretudo, dxs filhxs de docentes, funcionárixs e alunxs, mas também da população de entorno das instituições.
8. Trabalhar pela criação e designação de espaços de acolhimento infantil e projetos de Ciranda Infantil nas unidades institucionais, para garantir a proximidade da criança e da mãe, da amamentação e do afeto, durante o período laboral. Estes espaços devem ser dotados de micro-ondas, geladeira, lavatório com água quente, brinquedos e livros, trocador, etc, acessado pela criança juntamente de seu cuidador ou cuidadora.
9. Propor campanha contínua para sensibilização das comunidades universitárias para a inclusão da criança junto de seus cuidadores e suas cuidadoras nos vários espaços universitários.
10. Lutar pela licença maternidade ou paternidade de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção.
11. Propor carga horária máxima de ensino em 8 horas-aulas semanais para docentes com filhos de até 5 anos, podendo ser para pai ou mãe concomitantes.
12. Lutar pela caracterização de violência nas IFES, a rejeição aos/as filhos/as pequenos/as da comunidade universitária em qualquer espaço institucional.
13. Considerar plenamente a Política Pública para Primeira Infância e dos direitos garantidos por lei para as crianças pequenas no desenvolvimento das políticas para trabalhadoras e trabalhadores com filhos.
14. Alterar a sigla GTPCEGDS, do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual para GT POETNIGEDIS.

TEXTO 42

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

“REFORMA DA REFORMA AGRÁRIA” DE TEMER: COMO RESPONDER?

TEXTO DE APOIO

Sob a estapafúrdia bandeira de “reforma da reforma agrária”, o governo golpista editou a MP 759. Duas mudanças fundamentais: 1) emissão de titulação mediante a compra da terra pelos assentados; 2) controle do cadastro e seleção pelo Estado sem a intermediação do movimento dos sem-terra. No primeiro caso, os camponeses poderão quitar o título de domínio em dez anos, ou pagar à vista com o desconto estipulado. No segundo, a mudança na lei faculta assentamentos sem que os camponeses tenham de estar acampados e atribui aos municípios a decisão de quem será ou não selecionado, segundo um cadastro municipal.

Uma das primeiras medidas de Michel Temer foi a de extinguir o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Indicou que não haveria prioridade ao atendimento das reivindicações do movimento dos sem-terra. A MP 759, agora, revela que se trata da extinção da política de assentamentos. Os camponeses que obtiveram a concessão de uso por tempo indefinido da terra desapropriada, sob indenização e estatizada terão de comprar o terreno, tornando-se um devedor por dez anos. Se não tiver condições de comprar, perderá a concessão e será expulso. A parcela que cumprir as exigências poderá vender sua propriedade. Nas condições extremamente difíceis de tocar a terra, é previsível que os novos proprietários se verão diante da ofensiva de fazendeiros abastados. Estima-se que 1 milhão de famílias, de 9.332 assentamentos, entrarão no programa do governo golpista.

A reação do MST somente poderia ser de rechaço. Considera que a MP “retrocede inclusive em relação ao Estatuto da Terra”, elaborado pelo governo militar de Castelo Branco. Certamente está claro que a aliança golpista pretende debilitar ao máximo o movimento dos sem-terra. É conhecida as acusações de setores da oligarquia de que o MST se nutre do controle dos cadastros e da seleção dos camponeses que serão assentados, bem como da administração de recursos públicos destinados às cooperativas.

Já se tentou criminalizar o MST por meio de uma CPMI. Nada foi comprovado, mas se orientou a abrir processos contra alguns de seus dirigentes e a enquadrar as ocupações de terra como “ato de terrorismo”. A bancada ruralista não precisou demonstrar nenhuma das acusações de desvio de recursos. Usou a CPMI para que a imprensa monopolista fizesse a campanha denunciando que o movimento dos sem-terra seria formado por criminosos. Como não se conseguiu colocar na ilegalidade o MST e as demais organizações que recorrem às ocupações, se apertou o cerco da legislação e da ação policial. Recentemente, a Justiça de Goiás enquadrou dois de seus dirigentes na Lei 12.850 (antiterrorismo). Caso esse novo ataque não consiga liquidar com a capacidade de mobilização dos sem-terra, sem dúvida, a burguesia e seu Estado recorrerão a uma violência ainda mais virulenta.

Juntamente com o MST e demais organizações camponesas, populares e operárias, é preciso rechaçar a MP 759. É necessário pôr em pé um movimento de frente única que responda de conjunto ao programa de ataque à vida dos explorados. Um passo que se dê na organização unitária em nível local, regional e nacional contra o governo golpista e sua política antinacional e antipopular fortalecerá a luta da maioria contra a minoria exploradora. Para isso, o próprio

MST deve se libertar da política do PT e de seu novo objetivo, que é o de se reconstituir como oposição burguesa a Temer e disputar as eleições de 2018. Enquanto o movimento camponês depender das concessões do Estado capitalista, não reunirá força para atingir o poder dos latifundiários.

A virada na política agrária exige um balanço sobre a situação. Não se trata apenas de um retrocesso. Tudo indica que é chegado o final de um processo. Esgotou-se ou está quase esgotada a via dos assentamentos, prevista no Estatuto da Terra (Lei 4.504, novembro de 1964) e adaptada pelos governos pós-ditadura militar. Recordemos que um dos motivos do golpe de 1964, considerado no conjunto da crise de governabilidade, foi o despertar da luta camponesa organizada pelas Ligas. O governo de Castelo Branco seguiu a orientação do imperialismo para a América Latina de se arrefecerem as rebeliões camponesas por meio de concessões do Estado.

A ditadura não apenas definiu o “modelo” de reforma agrária (assentamentos), as condições (desapropriação de latifúndios improdutivos, terras griladas e uso de terras públicas), os meios (indenização dos proprietários) e o instrumento político-administrativo (criação do Incra, etc.). O Estatuto da Terra é considerado o primeiro programa, no Brasil, que previu a reforma agrária. Nem mesmo o governo nacionalista de Getúlio Vargas se dispôs a assumir a questão camponesa. O governo de João Goulart se mostrou incapaz de enfrentar a oligarquia fundiária. Seu projeto de reforma agrária foi simplesmente vergonhoso (previa desapropriações de faixas de terras de ferrovias e rodovias). Coube ao regime militar a formulação de uma política de integração da Federação, concebida na forma de polos de incentivo econômico, cuja “reforma agrária” por assentamento e colonização serviria ao desenvolvimento nacional. Desmanteladas as Ligas Camponesas e retraído o movimento urbano dos explorados, a ditadura não viu por que acionar o Estatuto da Terra. Voltou a administração do Estado para a colonização e a agroindústria. Não foi necessário abrir a válvula de escape da “reforma agrária” por assentamento para proteger os latifúndios da investida camponesa.

A questão agrária voltou a perturbar os latifundiários e o Estado em meados dos anos 70 e se projetou no início de 1980. É compreensível que na retomada e reorganização da luta camponesa se apoiasse na fórmula da “função social da terra”, que embasa o Estatuto concebido pela ditadura. No entanto, até hoje, o MST, em cuja base está a CPT, manteve-se preso à “reforma agrária” regulamentada pela ditadura. O agravamento da luta de classes no campo levou o governo de José Sarney a criar o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e elaborar o Plano Nacional de Reforma Agrária. O objetivo anunciado foi o de justamente viabilizar o Estatuto da Terra. Ficou longe da meta de desapropriações e assentamentos. Da promessa de 1,4 milhão, cumpriu cerca de 90 mil. Esse resultado indicou, logo de início, o futuro da reforma agrária baseada no Estatuto da Terra. Trinta anos se passaram e a meta fixada por Sarney não foi plenamente atingida.

A “função social da terra” tem como real conteúdo a proteção da propriedade privada e sua estrutura latifundiária ultra concentrada. A elevação do imposto territorial rural foi a forma que o governo de Fernando Henrique Cardoso utilizou para pressionar os capitalistas que mantinham grandes extensões de terras intocadas, servindo tão somente de reserva de valor. As desapropriações, por sua vez, acabaram servindo a muitos proprietários que receberam altas indenizações. Milhões de hectares grilados nunca foram recuperados e parte foi regularizada pela mesma política agrária dos assentamentos.

Os fazendeiros, grileiros e agroindustriais responderam ao movimento dos sem-terra com ataques armados e assassinatos. O massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e o de Eldorado de Carajás (PA), de abril de 1996, expressaram a amplitude a que chegava a luta de classes no campo. O governo de FHC se viu na contingência de impulsionar as desapropriações e os assentamentos. Em seus dois mandatos, assentou 540.704 agricultores, em 21.085.726 hectares. Lula não fez senão seguir o mesmo caminho: avançou para 614.088 agricultores e 48.291.182 hectares. Dilma Rousseff, por sua vez, derrubou para 107.354 agricultores e 2.956.208 hectares. É preciso que o movimento camponês reconheça que política de assentamento não é reforma agrária. Sua função é inequivocamente a de canalizar as aspirações

dos oprimidos do campo e subordiná-los à política burguesa. Nisto, o MST ajudou a burguesia e seus governos.

Depois das experiências das Ligas Camponesas, o MST deu um salto à frente em organização e em capacidade de luta nacional. Antes de o governo e a Justiça se valerem da ignominiosa lei do terrorismo, FHC editou a MP 2.027-38, em maio de 2000, que proíbe a vistoria em terras ocupadas para efeito de assentamento. Atendia à reclamação dos latifundiários, da União Democrática Ruralista (UDR) e das associações patronais da agropecuária de que era preciso pôr limites ao MST e acabar com as ocupações de terra. Veio o governo de Lula e a MP foi mantida. Seu ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, não teve dúvidas em proclamar que a lei é para ser cumprida. Basta que se acabe com a capacidade do movimento de ocupar e impor o controle sobre a terra e assim se liquidará de vez com a bandeira da reforma agrária. Esse é o mal que tem atingido o MST. Não apenas devido às leis repressivas, que têm sido aplicadas regularmente, mas sobretudo à dependência do movimento ao PT e seu governo. A luta pelos assentamentos tem enfrentado a ferocidade da oligarquia e é fundamental apoiar as ocupações, mas sem ocultar que por essa via o fracasso é líquido e certo. A MP de compra e venda de Michel Temer indica que a aliança golpista está pela liquidação desse processo.

Observa-se que o período que cobre os governos de FHC e Lula foi de crescimento e queda das desapropriações e assentamentos. Dilma já não teve como manter o ritmo. A crise econômica inviabilizou a continuidade da política distributiva. Mas não devemos nos ater a esse obstáculo, que parece ser conjuntural. O fundamental é que a burguesia não teve interesse em modificar aspectos estruturais. Nunca houve realmente uma decisão de Estado de resolver o alto índice de terras improdutivas e de expulsão de camponeses premidos pelo avanço da concentração latifundiária e da mecanização. As diferenças e os desequilíbrios regionais continuam a se manifestar na coexistência de formas de atraso pré-capitalista e alto desenvolvimento capitalista. O campo expressa com maior clareza o desenvolvimento desigual do País. Em grande parte do Sul e Sudeste, a penetração capitalista nas relações de produção agrícola eliminou a necessidade da reforma agrária. O trabalhador camponês foi em grande medida proletarizado.

A agricultura familiar é muito desigual. Vai da produção de subsistência à capitalista. Essa escala caracteriza o predomínio do atraso e do avanço. De forma que a questão camponesa comparece mais agudamente no Nordeste e Norte. O que não quer dizer que deixou de ser um problema nacional. Volta-se inteiramente para o mercado interno e se subordina ao agronegócio. É o que a caracteriza no Sul e Sudeste. A maioria dos camponeses expressa a opressão exercida pela burguesia latifundiária. Por mais que se tenha feito propaganda governamental sobre a importância da agricultura familiar, o certo é que a maioria das famílias camponesas sobrevive em extrema dificuldade. A política de assentamento de camponeses que perderam sua pequena propriedade e que não se proletarizaram não tem como caminhar no sentido contrário ao da concentração da propriedade e dos ditames do agronegócio.

Muita ilusão foi cultivada em torno da via do desenvolvimento agrário baseado na pequena e média propriedade e do trabalho familiar cooperativo. Expressa a utópica tese reformista da democratização da terra e da inclusão camponesa. Nessa mesma linha, muito se propagandeou sobre as virtudes da agricultura familiar para a segurança alimentar e para o equilíbrio ecológico. Não se pode, porém, determinar as tendências econômicas e suas consequências fora das relações capitalistas de produção e das ações concretas do Estado burguês. O predomínio do agronegócio condiciona o regime de propriedade agrária, a coexistência do latifúndio e minifúndio, a produção familiar para o mercado interno e a produção patronal para o mercado externo. Nenhuma política de Estado reverteu, nem reverterá a tendência à concentração da propriedade e à produção em escala.

O programa de implantação e desenvolvimento da pequena produção baseada no trabalho familiar, portanto, de raízes pré-capitalistas, não se sustenta. As experiências limitadas e em parte fracassadas com os assentamentos são a prova concreta. A constituição do governo do PT, que foi caracterizado de democrático-popular, serviu para demonstrar que a oligarquia permaneceu intocada. Foi o governo pretensamente reformista que se submeteu ao agronegócio

e aos latifundiários e não o contrário. O governo Temer lança uma pá de cal sobre a política de desapropriação e assentamento tendo por base o fracasso do PT, que não fez senão seguir a política agrária de FHC, que seguiu a de José Sarney, que, por seu turno, procurou ativar o Estatuto da Terra da ditadura militar.

A luta camponesa pela pequena propriedade é uma característica de classe. Em outras palavras, da pequena-burguesia agrária. As tentativas do MST de estabelecer a produção coletivizada pela via das cooperativas esbarrou nas relações capitalistas de produção, nas heranças pré-capitalistas e nas aspirações do pequeno proprietário. É completamente compreensível que o camponês lute por conquistar a propriedade da terra, pois essa é sua condição de classe oprimida pela burguesia latifundiária, o agronegócio e os comerciantes. Não é compreensível que as direções do movimento assumam a política burguesa das desapropriações de terras improdutivas e assentamentos. Não há outro lugar reservado pelo capitalismo aos camponeses que não seja o da brutal submissão e opressão latifundiária.

A questão, portanto, é se há uma outra via. No programa proletário, está a resposta. O capitalismo é irreformável em todos aspectos e não apenas no agrário. Essa premissa advém do alto desenvolvimento das forças produtivas que se encontram em choque aberto com as relações capitalistas de produção (com a grande propriedade, o monopólio e o parasitismo financeiro). O Brasil é parte dessa realidade mundial. Sofre com sua desintegração, que é descarregada sobre a maioria nacional oprimida. O programa proletário objetiva modificar as relações de produção de conjunto. A questão da terra faz parte dessa tarefa histórica. A expropriação revolucionária da grande propriedade – nota-se, da grande propriedade – é o seu ponto de partida. O monopólio privado da terra deve ceder lugar ao monopólio estatal – ou seja, o solo deve ser nacionalizado. Tornar-se-á possível, assim, um planejamento voltado ao desenvolvimento das forças produtivas agrárias. Sem acabar com o monopólio capitalista da terra, o campesinato não se libertará da opressão que suporta há séculos.

O programa de transformação agrária anticapitalista exige a unidade operária e camponesa, que será alcançada respondendo a situações concretas, como diante do fato do governo Temer decidir cobrar dos assentados o valor da terra, da existência de milhares de camponeses que aguardam novos assentamentos, das terríveis condições da agricultura familiar do Nordeste e Norte, das ameaças de expulsão dos camponeses mais pobres do Sudeste e Sul premidos pelo avanço do agronegócio, da crescente desnacionalização do solo com a penetração do capital internacional, com as precárias condições financeiras e técnica de produção, etc. Sem dúvida, é necessário desenvolver as lutas da classe operária urbana e rural, impulsionadas pelas reivindicações mais sentidas. É possível e imprescindível aproximar o máximo possível o movimento camponês que se choca com os latifundiários ao movimento operário.

A estratégia do governo operário e camponês não tem sido assimilada pelos explorados e oprimidos devido aos desvios construídos pelas direções reformistas e, fundamentalmente, pela ausência do partido revolucionário implantado no seio da classe operária. Mas as condições históricas e objetivas estão dadas para a defesa, explicação e propaganda da estratégia própria de poder da classe operária. Não se deve desconhecer ou ocultar que os camponeses somente se libertarão do jugo latifundiário com a revolução social, que levará ao poder a classe operária em aliança com a classe pequeno-burguesa. É com o exercício do poder pela maioria oprimida sobre a minoria opressora que se levará adiante a revolução agrária. O proletariado socialista responderá às necessidades dos camponeses e criará as condições para se alcançar a avançada produção coletiva e a superação da aspiração da propriedade privada da terra.

TR - 42

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Pela expropriação da grande propriedade agrária e nacionalização das terras. Todo apoio à luta camponesa pela terra contra os latifundiários e seu governo.
2. Abaixo a “Reforma da reforma agrária” de Temer: MP 759!

TEXTO 43

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

O CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO NÃO TEM COMO ACABAR COM A OPRESSÃO SOCIAL. A RESPOSTA ÀS DISCRIMINAÇÕES ÉTNICAS, RACIAIS E SEXUAIS É PARTE DO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

TEXTO DE APOIO

Avança a barbárie social no mundo e no Brasil. Seus sintomas deletérios se expressam nas guerras imperialistas que fazem crescer a opressão nacional, sobretudo no Oriente Médio, e encham o mar mediterrâneo com milhares de corpos de imigrantes; nas perseguições e genocídios de minorias étnicas, com a negação do direito à autodeterminação de curdos, palestinos, nações indígenas, dentre outros; nos assassinatos de jovens negros pelas polícias, seja nos subúrbios dos Estados Unidos ou nas periferias no Brasil; na violência reacionária contra homossexuais e transexuais, seja na boate em Orlando ou nas estações de metrô em São Paulo; na brutal violência contra a mulher, seja nos estupros coletivos na Índia ou nos morros cariocas.

A profunda crise econômica expõe as feridas de um sistema em decomposição. As conquistas legais, a exemplo da reconhecida avançada política de gênero na Espanha, são negadas na prática com a regressão econômica e social que reforça que mulheres sejam expulsas da produção ou que tenham de conciliar a jornada de trabalho com a responsabilidade pela criação dos filhos e cuidados dos idosos. Redes de proteção social são paulatinamente desfeitas. Conquistas em relação a direitos civis, sexuais e reprodutivos são cotidianamente ameaçadas com o avanço do obscurantismo que acompanha a decadência do modo de produção capitalista. Tendências fascizantes se reforçam com o recrudescimento da xenofobia, racismo, homofobia e outras ideologias discriminadoras.

Como superar o patriarcado, sua cultura e seus valores?

A persistência da violência sobre a mulher em pleno século XXI provoca indignação. Em sua resposta ganham força as teorias culturalistas, que atribuem ao machismo ou à cultura do estupro a causa das agressões, assassinatos e abusos. O fundamento de classe da cultura, que se enraíza em relações econômicas e sociais é substituído por um fundamento sexual ou de gênero. Mesmo que a cultura tenha uma certa independência em relação à base material, permanece como fenômeno determinado. Quando se abandona esta premissa, a solução para a opressão é buscada em uma nova cultura que acabe com a mentalidade patriarcal por meio da educação. É necessário reconhecer que o patriarcado também é produto histórico da sociedade de classes. A cultura e os valores correspondentes são criações da classe dominante, conservadas, ainda que com novas roupagens, de acordo com a formação social vigente.

Nem sempre a mulher esteve em posição de subordinação ao homem, como testemunham as sociedades matriarcais correspondentes ao comunismo primitivo. A opressão sobre a mulher

tem seu fundamento na propriedade privada que, desde seu surgimento, alterou a forma familiar de linhagem materna e a substituiu pela paterna. Diferentes modos de produção baseados na propriedade privada tiveram formas variadas de família, porém, em todas elas permaneceu o poder patriarcal. Sob o capitalismo, algumas conquistas pertinentes à condição da mulher foram sendo atendidas gradualmente conforme o avanço das forças produtivas e a necessidade de incorporação das massas femininas na produção. O trabalho não remunerado no lar, no entanto, ainda é fundamental para a reprodução da força de trabalho. O não reconhecimento da função social da maternidade se expressa nas discriminações da mulher como força de trabalho, com menor remuneração inclusive para trabalhos iguais.

É no seio da família, tão defendida pelas igrejas e políticos obscurantistas, que ocorre grande parte da violência sofrida por meninas e mulheres: agressões, estupros e assassinatos. Os preconceitos sociais, religiosos e culturais alimentam a violência cotidiana sofrida pelas mulheres. O Estado e sua democracia oligárquica continuam servindo ao obscurantismo religioso. A violência estatal se expressa na criminalização do aborto que leva à mutilação e mortes em decorrência de procedimentos clandestinos e no desamparo diante da epidemia de zikavirus, por exemplo, cujos efeitos recaíram particularmente sobre as mães.

Mesmo as leis mais avançadas não inibem as mais diversas formas de violência contra a mulher. A proteção legal é paliativa. As medidas coercitivas, educativas e culturais existentes e as defendidas pelo feminismo reformista não fazem senão expor as contradições insolúveis do capitalismo. A violência sofrida pela mulher é parte da violência geral que emana do capitalismo em decomposição.

No momento em que as mulheres exploradas, principalmente as proletárias, se colocarem pela defesa de sua total incorporação na produção social, o que implica o fim do desemprego, abolição de toda diferenciação salarial, o que implica trabalho igual salário igual, reconhecimento da maternidade como função social, o que implica proteção geral à maternidade, superação de sua condição de dona de casa, o que implica restaurantes, lavanderia, creches coletivas, será dado um salto na luta contra toda forma de violência, inclusive o estupro; será dado um passo decisivo na organização das mulheres na luta de todos os explorados; será dada uma mudança qualitativa na consciência dos homens que vivem na carne a exploração e a opressão capitalista sobre a igualdade da mulher e seu papel criador na sociedade.

Assim como o patriarcado se desenvolveu a partir da divisão do trabalho baseada na propriedade privada dos meios de produção, só poderá abandonar a cena histórica com a transformação da propriedade privada em propriedade social. Desta maneira, poderá emergir uma formação social em que a garantia de igualdade entre mulheres e homens no processo de criação de riqueza, reprodução da vida e organização da vida social será a base para o surgimento de uma nova cultura.

A opressão sobre homossexuais e transexuais também é obra da sociedade de classes

A discriminação contra homossexuais é obra da sociedade de classes. Suas determinações materiais e raízes históricas podem ser encontradas na família como célula econômica da sociedade. Assim, a livre manifestação do amor sexual depende da extinção da família na sua forma burguesa.

As noções ideológicas que determinam quais comportamentos sexuais considerados os únicos “naturais” ou “normais” são produto de um processo histórico e de determinações econômicas concretas. Na sua base, acha-se a família individual burguesa e o amor sexual heterossexual que servem de veículos à reprodução das relações sociais baseadas na propriedade e apropriação privadas do excedente econômico pelo homem-proprietário. Está aí porque o programa marxista exige avançar à transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e das tarefas domésticas em tarefas realizadas socialmente para, assim, libertar as relações familiares e a vida sexual das condicionantes que lhe impõem as sociedades de classes.

Reconhecimento legal das uniões civis homossexuais no capitalismo

Ao longo da história, houve alterações no campo jurídico quanto aos direitos civis dos homossexuais. O avanço dos direitos civis foi fruto de movimentos dirigidos pela pequena burguesia. Tratou-se de um reflexo de sua ascensão política em condições de refluxo do movimento operário, de avanço da degenerescência estalinista e de destruição da direção que encarnavam a revolução socialista mundial. De forma que os objetivos, as reivindicações e os métodos dos movimentos depois denominados como LGBT refletem tanto os interesses, quanto as limitações dessa classe. O Estado burguês não fez outra coisa a não ser adaptar suas reivindicações e institucionalizar seus movimentos.

Os avanços da legislação sobre casamentos e uniões civis de homossexuais, o reconhecimento de direitos previdenciários e de atenção à saúde de parceiros de uniões estáveis, a promulgação de novos códigos civis e as ações da justiça criminal sobre os chamados de “violência por motivações sexuais” ou “homofobia”, de conjunto, representam avanços na jurisprudência civil e penal burguesa. Refletem os avanços dos movimentos no caminho de sua organização social e política em torno do princípio democrático burguês de aplicação da “igualdade dos indivíduos perante a lei”. O Estado burguês reconhece, por sua vez, a existência de indivíduos que foram impedidos de usufruir de direitos elementares estabelecidos pela própria burguesia no seu percurso histórico. Ao fazê-lo, não aceita um fundamento contrário a seus interesses. Ao contrário, cria as condições de sua reprodução diante das diversas manifestações do amor sexual no seio das famílias individuais da sociedade burguesa. Ao legalizar as uniões civis homossexuais normatiza uma variante da família monogâmica individual ao preservar seu conteúdo econômico e ideológico, o direito de herança.

Com essas medidas, o Estado responde ao crescimento da importância eleitoral da população homossexual e a necessidade de restringir suas manifestações ao campo da institucionalidade burguesa. O reconhecimento jurídico do vínculo e do direito dos cônjuges à previdência social e aos planos de saúde expressam o anseio das camadas médias e sua solução parcial fortalece as ilusões nas vias reformistas. Além disso, abre-se todo um campo para a ampliação dos negócios capitalistas em diversos ramos econômicos, a exemplo do turismo, lazer, saúde, etc.

Submissão do Estado burguês ao obscurantismo religioso

Coube às Igrejas cumprirem o papel de polícia moral da família burguesa. O que exigia da burguesia incorporar o obscurantismo religioso como arma ideológica de sua dominação contra o proletariado. A “concepção religiosa” da família determinou, em grande parte, que as classes burguesas e pequeno-burguesas rotulassem a homossexualidade como desvio dos costumes e das leis “naturais” e divinas. Evidentemente, essas considerações não passam de coberturas metafísicas e idealistas de interesses econômicos concretos. Exemplo disso é o longo período histórico em que a homossexualidade foi tolerada pela hierarquia eclesiástica para impedir que as terras da Igreja fossem herdadas por filhos de padres.

O fato é que a homossexualidade nunca foi um freio à reprodução da espécie humana. O maior perigo esteve sempre nas doenças, nas guerras, na miséria e outras tragédias que dizimavam as populações. Na medida em que o desenvolvimento da técnica aperfeiçoou o domínio do homem sobre a natureza e avançou ao controle e cura das doenças, a reprodução da espécie humana foi também se aperfeiçoando e a expectativa de vida se estendendo, fazendo com que o “crime de sodomia” fosse perdendo a sustentação ideológica.

A burguesia na luta por consolidar seu poder desenvolveu uma batalha contra o reacionarismo eclesiástico, enquanto esse expressava os interesses das classes feudais e das monarquias. Uma vez que a Igreja se subordinou aos interesses da nova classe dominante, passou integrá-la ao seu aparelho de dominação ideológica.

No Brasil, esse processo de interdependência entre a religião e o Estado assumiu a forma da integração das igrejas às instituições burguesas transformando-se em “comitês eleitorais”, ora para os padres e pastores galgarem postos no Estado burguês, ora para ampliar o domínio

eleitoral dos partidos da ordem burguesa sobre os oprimidos. Está aí por que as relações entre Estado burguês e Igrejas acham sua mais ampla expressão na constituição de uma bancada parlamentar religiosa. Esse bloco serve à burguesia como um cimento ideológico de seu reacionarismo na etapa de decadência e barbárie do regime capitalista. E serve particularmente às combinações parlamentares para a aprovação ou rejeição das medidas exigidas pela burguesia mundial contra os explorados. As igrejas exigem que o Estado burguês assumira a posição obscurantista de rejeição aos direitos dos homossexuais e mulheres, como foi visto inclusive no governo Dilma com a campanha contra o programa “kit anti-homofobia”. São parte desta relação promíscua entre Estado e religião os subsídios e isenções que favorecem os negócios das Igrejas.

Os limites do movimento pequeno-burguês pela igualdade

As reivindicações democráticas contra a discriminação dos homossexuais na vida social e na jurisprudência devem ser apoiadas sempre que o movimento se chocar com o Estado e com todas as instituições que sustentam a opressão.

Os movimentos LGBT, em sua esmagadora maioria, apresentam seus limites apegando-se à luta pelos direitos civis. Coube à pequena burguesia acadêmica o rol de criadora de uma espécie de cobertura “teórica” para justificar esse limite. Está aí por que, via de regra, não se colocam pela destruição da família como unidade e célula econômica da sociedade de classes. É na base dessas movimentações de camadas da classe média que prolifera a concepção idealista sobre a possibilidade de acabar de vez com a discriminação contra os homossexuais pela via de reformas democráticas e sociais no capitalismo.

Nenhuma sociedade de classes possibilitou a realização do princípio elementar de que a vida sexual é de ordem privada. É uma tarefa da revolução proletária varrer a influência da Igreja e do Estado na vida íntima das pessoas. E pôr a sexualidade como um assunto privado que diz respeito apenas aos envolvidos. A livre manifestação do amor sexual exige a mudança das condições de existência social. Em outros termos: acabar com a família como célula econômica da sociedade de classes.

A vida social e as experiências individuais

A forma com que cada indivíduo experimenta a discriminação e as perseguições sobre sua vida íntima e sua sexualidade não são iguais. Enquanto a discriminação à homossexualidade é geral, seus efeitos e manifestações recaem distintamente nas diversas classes sociais. As perseguições e discriminações contra as camadas de homossexuais das classes médias impedem-lhes de usufruir dos mesmos direitos civis, econômicos e políticos que outras camadas sociais pelo simples fato de não se caracterizarem pela heterossexualidade.

Nota-se que o avanço da legislação sobre os direitos dos homossexuais possibilitou que uma de suas camadas pequeno-burguesas resolvesse seus interesses sociais e econômicos a contento, ainda que parcialmente e estejam sempre ameaçados. O que incentiva a ilusão de que no capitalismo é possível superar tão odiosa discriminação.

O avanço na legislação não somente expressará uma conquista democrática, mas também uma conquista econômica para uma parcela limitada do movimento, que achará condições para seu desenvolvimento social e econômico no Estado, nas funções privadas e nos meios acadêmicos. É nesse marco que avança a “profissionalização” da militância dos movimentos LGBT nas ONGs, academia, governos, fundações privadas, etc. E na medida em que resolvem seus problemas e interesses vão se afastando cada vez mais dos movimentos radicalizados e passam a sustentar os cimentos da família burguesa e da sociedade, etc.

No caso do proletariado, é o poder do capital a força que exerce uma influência determinante sobre sua vida, seu corpo e suas experiências de vida. O indivíduo proletário só pode controlar as forças que o dominam, e, portanto, desenvolver sua própria individualidade, constituindo-se

como parte indissolúvel de uma força social que construa uma nova existência social na base da destruição das condições sociais anteriores.

A distinção de classe demonstra que os sentimentos e experiências sensíveis dos indivíduos com o mundo material e seu próprio corpo são determinados, em última instância, pela classe a que pertence e por sua relação contraditória com as demais classes. Esse entendimento é decisivo para separar a luta pela destruição do capitalismo pela revolução social da limitada luta pequeno-burguesa pela integração dos homossexuais na ordem burguesa. As reivindicações democráticas e a defesa dos direitos civis devem conduzir as camadas sociais que padecem da discriminação à luta pela derrubada do poder capitalista.

Racismo: mais uma manifestação da opressão capitalista

Não se pode lutar conseqüentemente contra a opressão sobre os negros sem que se tenha por fundamento e objetivo histórico de destruição da sociedade de classes. Quanto mais as massas negras oprimidas tiverem a consciência de que o racismo é uma das manifestações da opressão capitalista, mais procurarão fortalecer o movimento geral dos explorados. E quanto mais as reivindicações fundamentais se chocarem com os interesses da burguesia, mais evidente ficará que as conquistas serão arrancadas e conservadas por meio da luta de classes. O contrário também é verdadeiro. Quanto maior a ilusão de que é possível encontrar a igualdade no capitalismo, mais se dissimulará o racismo e sua perpetuação.

A velha doutrina racial há algum tempo foi reconhecida como ultrapassada diante da ascensão social, ainda que vagarosa e ultralimitada, de negros de classe média. Porém, não faltaram disfarces, como o da democracia racial e da igualdade de raças, para ocultar a real situação da maioria.

A escravidão negra e as suas heranças conservadas pelo capitalismo, que, finalmente, substituiu o sistema colonial, passaram a ser estudadas nas universidades. As explicações de pensadores a serviço da burguesia brasileira branca e racista puderam ser questionadas e bombardeadas. As universidades, portanto, passaram a refletir uma adaptação da própria burguesia, que, por sua vez, refletia o desenvolvimento do capitalismo e das relações entre as classes.

Chegamos ao ponto de o Estado admitir a criminalização dos atos individuais de racismo. Criou-se a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial, com força de ministério. A política burguesa se tornou permeável a teses como as das “ações afirmativas” e “reparações históricas”. O Congresso Nacional aprovou a lei das cotas para os negros.

Entre a crítica progressista da academia e as medidas reformistas do Estado burguês, no entanto, há uma grande distância. Uma pequena camada de negros da classe média serviu de experiência para tal política integracionista. O “movimento negro” julgava que uma vez dado o primeiro passo se daria o segundo, o terceiro. Constata-se, porém, que nem mesmo as cotas foram universalmente aplicadas.

Os negros não formam apenas a maioria da população, formam também a maioria mais oprimida entre todos os oprimidos. Não faltam pesquisas e dados oficiais para comprovar que os negros recebem menos que os brancos para a mesma função, estão em desvantagem na concorrência do mercado de trabalho, milhões sobrevivem com migalhas do subemprego, canalizam-se para os serviços mais pesados, de mais baixa qualificação, arcam com o maior peso do analfabetismo, aglomeram-se em favelas, são os mais atingidos pela violência e lotam as prisões. A discriminação policial e o assassinato de jovens negros atingiram níveis de barbárie. No mar de miséria, mais e mais adolescentes são arrastados para a criminalidade. A resposta do Estado tem sido mais violência policial. Bandos de matadores se dedicam às chacinas nos bairros miseráveis e nas favelas.

O Estado burguês e seus partidos deram um só passo para solucionar essa opressão econômica? Tomaram alguma medida séria de proteção à juventude negra? Houve algum reconhecimento que a diferenciação salarial e a seleção no mercado de trabalho são expressões materiais da

opressão de classe? Adotou-se uma lei que obrigue os patrões a cumprirem a norma de salário igual para função igual? O que a burguesia e seu Estado poderão fazer para arrancar a maioria negra da pobreza e da miséria? Basta que se respondam honestamente a essas perguntas para se concluir que não há como o capitalismo eliminar o racismo e erradicar as heranças coloniais do escravismo.

A montanha de atitudes racistas que se levantam diariamente nas ruas, escolas, restaurantes, trabalho, lazer, etc. emerge da opressão econômica, de classe, que torna as massas negras ao mesmo tempo iguais e distintas em relação às massas brancas exploradas, pobres e miseráveis. Não há solução ideológica para o racismo, embora seja preciso combatê-lo com todo vigor. A história do racismo no Brasil mostra perfeitamente como a burguesia e seu Estado escravocrata-capitalista podem muito bem adaptar e disfarçar sua visão sobre os negros. Mas não podem admitir que se toque a raiz social do racismo. Arranquemos as raízes de classe da opressão sobre os explorados e todo edifício do odioso racismo virá abaixo. Elas nasceram das sementes do colonialismo escravista e se consolidaram no regime da grande propriedade capitalista.

Não temos dúvidas de que as aspirações dos negros de classe média têm de ser defendidas contra as discriminações. É justo que reclamem do fato de que apenas uma minoria dos negros chega à universidade, que profissões como as de médicos, engenheiros, etc. são praticamente preenchidas por brancos. Como os negros ascenderão às camadas da classe média sem que esses canais de projeção econômica, social e cultural estejam, em certa medida, abertos? Não é difícil diferenciar as legítimas aspirações das camadas negras pequeno-burguesas das aspirações burguesas, que correspondem à inserção de um punhado de indivíduos entre a classe exploradora.

O proletariado se encontra desorganizado e controlado pela política burguesa. Assim, ganhou força a tese política de que as ações afirmativas, as reparações históricas, a criminalização e as medidas educativas são o caminho para acabar com o racismo. No momento em que operários negros e brancos levantarem a bandeira de trabalho igual, salário igual, trabalho a todos em igualdade de condições, salário mínimo vital, habitação digna, fim da matança de negros, fim do aparato repressivo burguês, direito de autodefesa e armamento dos explorados, então se avançará o combate ao racismo. Se pretendemos, de fato, acabar com as discriminações, temos de trabalhar para que a classe operária se liberte das direções conciliadoras, carreiristas e vendidas que controlam os sindicatos.

Breve balanço da política reformista

No Brasil, os tímidos passos das políticas de “igualdade de gênero”, “igualdade racial”, “inclusão social” e “reparação histórica” promovidas pelos governos petistas se deparam com a constatação de que na etapa imperialista são inviáveis as reformas duradouras e em larga escala. A posse do governo de Michel Temer, após o golpe institucional, apenas com ministros brancos mostrou, sem atenuantes, que o Estado corresponde à ditadura de classe da burguesia branca sobre a maioria nacional oprimida.

Não faltaram aqueles que atribuíram o golpe ao projeto “democrático-popular” do qual a igualdade racial fazia parte. Ainda que camadas da alta burguesia e alta classe média resistissem à política de inclusão, o objetivo de melhorar as condições de uma parcela de negros não ameaçou em momento algum o poder da burguesia branca. O Estatuto da Igualdade Racial, o Bolsa Família e as cotas chegaram a alimentar a ilusão de que se avançava no sentido de eliminar as discriminações raciais, à margem da opressão de classe.

O balanço geral das medidas, no entanto, demonstra que a “redistribuição” pela via do Estado foi ínfima, se considerada a riqueza nacional e a grande miséria que atinge as massas negras. A alta concentração de riquezas nas mãos da minoria burguesa não só permaneceu como cresceu. As políticas petistas de “ações afirmativas” com a tese da democratização da educação estiveram sintonizadas com o favorecimento às corporações privadas de ensino.

Bastou a obrigatoriedade de obter o superávit primário, voltado a sustentar a brutal dívida pública, para que a diretriz de distribuição de recursos aos programas sociais se mostrasse inviável. O fracasso da política do nacional-reformismo, em particular no caso da discriminação racial, se deve ao fato de ser tão somente uma variante da política burguesa, que, como tal, não teve e não tem como transformar a estrutura de classe do país.

A experiência com os governos do PT demonstra que não será por meio da política de Estado que se enfrentará a opressão sobre os negros. Será por meio da luta de classes contra a burguesia branca que a classe operária, apoiada na maioria oprimida, levará adiante a tarefa de erradicação do racismo.

Entre aqueles que lutam conseqüentemente contra o bárbaro racismo não pode haver dúvida de que a discriminação sofrida pelos negros é consequência da exploração do trabalho e da condição histórica que a velha escravidão colonial impôs aos negros africanos e que a moderna escravidão capitalista perpetuou. Não pode haver dúvida sobre a impossibilidade de a burguesia realizar reformas que conduzam ao fim das diferenciações raciais. Não pode haver dúvida de que o reformismo é impotente diante do poder da burguesia branca.

A questão agora é como nós explorados, negros e brancos, enfrentaremos o governo golpista de Temer. Não será com a mesma política dos reformistas que resistiremos aos ataques da aliança governamental que promoveu o impeachment. A condição é a de organizar o movimento dos explorados no terreno da independência de classe.

Partir das teses do socialismo científico sobre as manifestações da opressão social

Como expressão do retrocesso político e organizativo do proletariado mundial, as teses que ocultam a raiz de classe das opressões ganham espaço na academia e entre as correntes de esquerda. Em nome das especificidades, reforçam-se os particularismos e abandona-se a perspectiva geral que mostra o fundamento de classe de todo tipo de opressão. Tal enfoque traz conseqüências táticas e políticas. Em vez dos métodos da luta de classes e da unidade organizativa dos explorados, proliferam os movimentos segmentados que desembocam na exigência de políticas que combinam mais coerção (criminalização, punição e reforço do aparato repressivo do Estado burguês) e medidas educativas, que pressupõem que o fundamento estrutural da opressão será revertido por uma ação pedagógica sobre os que são considerados opressores ou privilegiados.

Uma política classista exige que se estabeleça a relação entre todas as formas de opressão, que as manifestações particulares da opressão social sejam respondidas sem quebrar o vínculo objetivo com o antagonismo de classe, que contribua para unificar os oprimidos sob o programa da revolução social.

A 100 anos da Revolução Russa é preciso partir da elaboração do socialismo científico sobre o fundamento de classe de todas opressões e as lutas teóricas e práticas no interior dos partidos operários e das Internacionais contra a criminalização da homossexualidade, pela livre manifestação do amor sexual e pela emancipação das mulheres.

A experiência do primeiro Estado Operário, fruto da Revolução Russa de Outubro de 1917, mostrou os esforços para libertar as mulheres da escravidão do lar e passar ao Estado as tarefas domésticas com a criação de creches, restaurantes e lavanderias. Foi na União Soviética que foi aprovada a primeira legislação de garantia do aborto por parte do Estado. A legislação czarista que criminalizava os homossexuais foi revogada. A degeneração burocrática conduzida pelo estalinismo impactou também as relações familiares, levando ao retorno à criminalização do aborto, retomada de obstáculos ao divórcio e retorno à concepção anticientífica da homossexualidade como doença e posterior retorno à criminalização em 1933.

Tal retrocesso serviu de base para que correntes de esquerda ao se diferenciarem do burocratismo, identificassem o marxismo com o estalinismo. Em nome da crítica ao chamado

“socialismo real” revisionismo levou ao abandono da estratégia revolucionária e à via dos movimentos particularistas e identitários.

O dever de nos somarmos às lutas por reformas pelo fim das discriminações deve vir acompanhado do alerta para que esta luta não seja considerada um fim em si mesmo. Não podemos alimentar a ilusão de que estas chagas serão resolvidas pelo reformismo, pela conquista gradual de postos no Estado burguês e pelos métodos jurídico-parlamentares.

O edifício das discriminações tem em seu piso as distinções de classe, sejam em relação à mulher, ao homossexual, ao negro, ao indígena, ao imigrante, etc. Evidentemente, há particularidades, que devem ser entendidas e respondidas justamente para evidenciar a base geral de toda discriminação. Por refletirem as profundas contradições da sociedade de classe, é que emergem inevitavelmente movimentos por reformas e adaptações sociais. Ainda que haja leis progressivas que estendem o princípio da igualdade perante a lei a setores anteriormente carentes de direitos, estas não têm como resultado, e muito menos como objetivo, alterar os fundamentos das discriminações e violência reacionária.

É preciso compreender a fundo que a revolução social é uma obra da maioria explorada e oprimida, por isso uma política classista prima pela unidade organizativa dos explorados. Coloca na ordem do dia a superação da crise de direção e construção do partido revolucionário. Faz da luta contra cada expressão da opressão social, em suas formas mais imediatas, um ponto de partida para a denúncia da falta de perspectiva do capitalismo em decomposição. Assim como a revolução social é impossível sem que os diversos segmentos que compõem a maioria explorada se coloquem em movimento, o fim das opressões é inviável à margem do programa da revolução proletária.

TR - 43

O 36º Congresso do ANDES-SN reconhece que a opressão étnica, racial e sexual é manifestação da opressão de classe e delibera:

1. Considera que o primeiro passo da igualdade e emancipação das mulheres é o da integração na produção social e libertação do trabalho familiar privado (fim da dupla jornada), cujas tarefas devem ser assumidas pelo Estado, com a construção de creches, lavanderias e restaurantes públicos;
2. Responsabiliza a burguesia e seu Estado pela brutal violência sofrida pela mulher. Responderá aos casos individuais de violência com as reivindicações que opõem os explorados aos exploradores, à subordinação da mulher à economia privada da família, às discriminações legislativas, judiciais e policiais, à repressão ideológica e às pressões da religião.
3. Exige que o Estado assuma integralmente o direito à mulher à saúde pública e que a maternidade seja reconhecida como função social; que o direito ao aborto seja reconhecido pelo Estado, que garanta gratuitamente todas as condições hospitalares e medicinais;
4. Considera que a livre manifestação do amor sexual depende da extinção da família individual, da abolição da influência social da Igreja, de todos os preconceitos do obscurantismo religioso e da propaganda reacionária da burguesia contra os homossexuais, que se converte em ódio e em violência física.
5. Defende das reivindicações democráticas que se contrapõem à discriminação aos homossexuais.
6. Responsabiliza o Estado pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida.
7. Defende a organização de negros e brancos oprimidos contra o sistema capitalista, raiz da barbárie social.
8. Contra as discriminações, defende trabalho igual, salário igual e emprego a todos.

9. Aprova a campanha por um tribunal popular para julgar os crimes da burguesia e da polícia contra os negros dos bairros pobres. Pelo fim da PM e desmantelamento do aparato repressivo do Estado burguês.

TEXTO 44

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

POR UMA FRENTE ÚNICA EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E DIREITOS. NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA.

TEXTO DE APOIO

É visível o descontentamento dos explorados e da juventude com o governo de Michel Temer. O principal motivo não é porque se trata de um governo nascido do golpe institucional, mas porque as condições de vida têm piorado sensivelmente e porque as medidas econômicas e sociais em curso se chocam com as necessidades mais elementares da população. É claro que aqueles que sofrem na carne a crise capitalista e a brutal exploração começam a enxergar o vínculo do desemprego crescente, inadimplência, destruição de direitos e avanço da pobreza com o golpe que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff.

O sentimento é: se estava ruim com o governo do PT, agora, piorou. De fato, o governo de Dilma Rousseff se colocou por proteger o grande capital diante dos desequilíbrios econômico-financeiros; o golpe foi desfechado precisamente para ir mais além do que previa o governo petista. Ocorre que foi apresentado como um meio para retomar o crescimento, reverter a recessão, conter a destruição maciça de postos de trabalho e trazer de volta à produção os milhões de desempregados. Ao contrário, a PEC 241 (55) aprofundará a recessão, atingirá frontalmente a saúde, educação, moradia, os programas sociais, o salário mínimo e cortará empregos públicos. O PLP 257 objetiva precarizar os serviços públicos e reduzir o quadro do funcionalismo. A MP 746 resulta na expulsão de uma importante camada de jovens do ensino médio e estabelece uma diferenciação entre os que podem e os que não podem frequentar o ensino médio em tempo integral. O problema não para por aí. Estão previstas as reformas da previdência e trabalhista e a generalização da terceirização.

A missão do governo Temer é a de viabilizar o pagamento dos gigantescos juros da dívida pública. Tudo o mais pode ser sacrificado, menos os interesses do capital financeiro e do imperialismo. A crise econômica, que vem destruindo em grande escala postos de trabalho, é de ordem internacional. Está aí por que o violento “ajuste fiscal” serve diretamente às potências. Os explorados brasileiros, assim, carregam nas costas a burguesia nacional e a imperialista. É preciso ter claro a dimensão do problema e de seu caráter de classe. Não serão manifestações de uma parcela descontente da classe média e da juventude estudantil que irão romper o círculo de ferro do governo antinacional e antipopular.

Sem dúvida, essas manifestações têm mostrado o caminho a seguir. Ganhar as ruas e ocupar as escolas indicam aos demais explorados que sem luta coletiva o governo golpista avançará em seus propósitos reacionários. O confronto de milhares manifestantes em Brasília, no dia 29 de

novembro, com o aparato policial, por sua vez, deu mais uma prova de que o combate será cada vez mais contundente.

As recentes ocupações de mais de mil de escolas e universidades alertaram o governo para a possibilidade de uma luta mais generalizada. Seu isolamento, no entanto, demonstrou os limites de um movimento setorializado. Pesou como obstáculo a política conciliadora, parlamentar e divisionista das direções sindicais, populares e estudantis. Em palavras, se levanta a bandeira da greve geral, mas na prática a sabota.

Está claro que a queda do governo do PT e o desmanche de sua aliança burguesa no seio do Estado não romperam o predomínio da política de colaboração de classes, que bloqueia o proletariado. Essa gente saiu da condição de governo burguês para oposição burguesa. Esse é o ponto central da situação política, ou melhor, da dificuldade das massas se levantarem contra o governo golpista, antinacional e antipopular.

Não foi por falta de disposição de luta dos explorados que não se pôs em pé um movimento nacional contra o governo Temer. Não foi por falta de isolamento do governo golpista diante da população que a classe operária não está à frente das lutas. Não foi por falta de grandes motivos que ainda não amadureceram as condições políticas no seio das massas para a greve geral. Estamos diante de uma nova situação em que os governistas que perderam o poder, agora, trabalham por recuperar o terreno, utilizando-se do aparato sindical para bloquear a revolta dos oprimidos e mostrar à burguesia o quanto são importantes para a estabilidade do regime.

Os explorados e sua vanguarda política estão diante da tarefa de romper com a política pró-capitalista do PT e das frentes que a sustentam. Nada de amarrar o movimento às disputas interburguesas, que apenas tomaram outra forma depois do impeachment. Mantém-se a tarefa de conquistar a independência política e organizativa do proletariado e do movimento das massas. A defesa da estratégia do governo operário e camponês é que distingue o campo proletário do burguês. A bandeira que corresponde é a de “Abaixo o governo burguês de Temer e por um governo operário e camponês”.

Mesmo que estejamos em meio a uma categoria predominantemente pequeno-burguesa, na última greve nacional, cresceu a constatação de que um movimento apenas dos docentes ou da educação é insuficiente para enfrentar os ataques do governo, inclusive os ataques ao funcionalismo e à Educação Pública. É necessário que o movimento docente, que já aprovou a defesa da greve geral, se coloque a favor de um programa de defesa da vida das massas exploradas, partindo da defesa do emprego, dos salários e necessidades vitais, fazendo suas reivindicações mais sentidas e ligando-as com as demandas específicas e setoriais. Por isso, propomos a seguinte plataforma de lutas para orientar nosso plano nacional de lutas para o próximo período:

TR - 44

O 36º CONGRESSO do ANDES-SN delibera promover a campanha por uma frente única sindical, baseada nas assembleias e comitês de luta, em torno da seguinte plataforma:

1. Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários;
2. Fim das demissões e estabilidade no emprego;
3. Emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar);
4. Unir efetivos e terceirizados. Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados, sem concurso público. E contratação direta, no setor privado. Trabalho igual, salário e direitos iguais.
5. Reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital que corresponda de fato às necessidades integrais da família. Defesa da escala móvel de reajuste (reajuste automático do salário de acordo com a elevação do custo de vida);

- 6.** Fim de todas as medidas de flexibilização e precarização do trabalho;
- 7.** Pela extinção de toda a legislação que restringe ou elimina a liberdade de expressão, manifestação e greve. Abaixo as leis antigreve e as multas judiciais impostas aos sindicatos e grevistas. Abaixo a Lei Antiterrorista;
- 8.** Combater a mercantilização, privatização e desnacionalização da educação, mediante a expropriação sem indenização do sistema privado e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e sob controle dos que estudam e trabalham;
- 9.** Defender a saúde pública contra o avanço da mercantilização e privatização, por meio da expropriação do sistema privado, sem indenização, e constituição de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário.
- 10.** Entrega de terras aos camponeses e indígenas; atendimento imediato de suas reivindicações.
- 11.** Defender a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade para combater a violência reacionária da burguesia. Responder com as bandeiras de fim da PM, dissolução do aparato repressivo e Tribunais populares para punir os crimes da burguesia.
- 12.** Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. No âmbito universitário, que o ANDES impulse a constituição de Comitês Locais, Estaduais e Nacional contra a Repressão, lutando pelo fim dos processos políticos, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades.
- 13.** Abaixo as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio!
- 14.** Não pagamento da dívida pública.

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES: BANCO DE PROFESSOR-EQUIVALENTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

TEXTO DE APOIO

O sistema de Banco de professor-equivalente foi constituído primeiramente para as universidades federais com a PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 22, DE 30 DE ABRIL DE

2007. Esse é um importante mecanismo de garantia da autonomia institucional, principalmente quando estipula em seu artigo 4º o seguinte:

“Art. 4º Observados os limites do banco de professores-equivalente fixado nos termos do art. 1º, será facultado à universidade federal, independentemente de autorização específica:

I - realizar concurso público e prover cargos de Professor de 3º Grau;”

Isso significa que as instituições que possuem Banco de professor-equivalente não precisam mais pedir autorização ao ministério para realizar concursos públicos sempre que um professor deixa os seus quadros, por qualquer que seja a razão.

No que diz respeito à carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), o DECRETO Nº 8.259, DE 29 DE MAIO DE 2014 instituiu o Banco de professor-equivalente nas universidades federais, reconhecendo a equivalência entre as carreiras do Magistério Superior (MS) e do Magistério EBTT e, portanto, tratando-as de maneira igual.

Em 30 de maio de 2014 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 8.260, que dispõe sobre a constituição do Banco de Professor Equivalente da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – BPEq – EBTT para as Unidades de Ensino Básico e Técnico vinculadas às Universidades Federais e para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e Colégio Pedro II.

Isto foi fruto da mobilização sindical que pautou a exigência desse Banco de professor-equivalente nas últimas greves da categoria. O decreto foi um grande avanço na autonomia das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, porém, ainda ignora a existência de professores da carreira do Magistério Superior nessas instituições.

A falta do Banco de professor-equivalente da carreira do MS é particularmente prejudicial aos CEFET's que sempre possuíram um número considerável de professores do MS. Não poder repor a vaga de professores do MS que deixam a instituição levará inevitavelmente à extinção da carreira, o que não pode ser aceito pelo nosso sindicato. O CEFET/RJ, por exemplo, possuía 146 docentes da carreira do MS em 2008 (Fonte: DRH do CEFET/RJ) e, atualmente, esse número foi reduzido a 104 professores (Fonte: Portal da Transparência).

Vale ressaltar ainda que a falta do Banco de professor-equivalente da carreira do MS não impede somente a abertura de concursos para a carreira, mas tem servido também como

argumento para barrar processos de Redistribuição de professores da carreira vindos de outras universidades.

Observando o princípio da isonomia entre a rede de Universidades Federais e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a equivalência entre as carreiras MS e EBTT deve ser plenamente reconhecida. Dentro das universidades federais a implementação do Banco de professor-equivalente da carreira do EBTT foi fundamental nesse sentido. Resta agora o reconhecimento da existência da carreira do MS dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da implementação desse que é último banco de professor-equivalente ainda não instituído. Esse seria um passo muito importante na criação da carreira única, que é a grande bandeira do nosso sindicato no que diz respeito à carreira dos professores federais.

TR - 45

Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos no texto de apoio, o 36º Congresso do ANDES-SN aprova como item da pauta dos docentes do Setor das IFE, no que diz respeito à carreira:

1. que seja instituído o Banco de professor-equivalente para a carreira do Magistério Superior nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que possuem professores dessa carreira.



Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

TRABALHADOR@S TERCEIRIZAD@S

TEXTO DE APOIO

De forma desigual e combinada a hegemonia neoliberal foi sendo fortalecida pela reestruturação produtiva, no setor público e, aqui, particularmente as instituições federais de ensino (IFEs) deixaram de ter trabalhador@s concursad@s para as chamadas atividades meio. A execução de algumas atividades meio passou a ser mediada por empresas que contratam trabalhador@s para estes serviços; e esses cargos foram extintos do plano de carreira.

As empresas que terceirizam o trabalho, por concepção, avançam na exploração e precarização do trabalho e violam direitos trabalhistas. No caso da UFRGS, há recorrência da empresa Multiágil, responsável pela contratação de trabalhador@s da limpeza, alimentação e a monitoria na creche da UFRGS, parcelou e atrasou o pagamento do décimo terceiro, além de manter atrasado o pagamento de vale-alimentação e vale-transporte. Muit@s trabalhador@s passaram o natal sem receber o dinheiro a que tem direito. Não é a primeira vez que isto acontece.

Sabemos do caos para desenvolver nosso trabalho sem o trabalho d@s terceirizad@s. Mas é mais, conhecemos o aviltamento à humanidade produzido pela terceirização, também nomeada de moderno trabalho escravo.

Dos aprendizados que as Ocupas nos proporcionaram, está a aproximação com a categoria de trabalhador@s terceirizad@s, somos quatro categorias compondo a comunidade universitária na UFRGS, urge fortalecermos nossos laços! Imperativo é pensarmos coletivamente que UFRGS queremos e se há lugar para o trabalho terceirizado nesta Instituição Federal de Ensino.

TR - 46

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que o Setor das Federais faça um mapeamento preliminar da situação d@s trabalhador@s terceirizad@s nas IFEs de sua base para apresentar no 37º Congresso, considerando entre outras questões: (a) compõem a base da FASUBRA, têm sua própria associação, estão sindicalizad@s em outro sindicato? (b) que denúncias há sobre as empresas contratantes? (c) como é elaborado o edital de contratação?

TEXTO 47

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

RESPONDER AO ESTRANGULAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS COM A UNIDADE COM ESTUDANTES, TÉCNICOS, FUNCIONALISMO E TRABALHADORES EM GERAL

TEXTO DE APOIO

A crise econômica que afeta a economia mundial e nacional bate forte também nos estados e municípios. Não bastasse a drenagem de imensos recursos consumidos pela corrupção há, de fato, uma queda da arrecadação como consequência da redução da atividade econômica.

Os estados e municípios não tendo os mecanismos de manipulação que o governo nacional tem, são os primeiros a adotar medidas de restrição de direitos da população e do funcionalismo. Nos anos de 2015 e 2016 esses ataques afetaram também as universidades estaduais e em 2017, serão muito piores.

O saque dos fundos previdenciários dos regimes próprios, onde existem, não foram suficientes. Estados já estão deixando de pagar salários ou parcelando a sua quitação, assim como, atrasando os décimos-terceiros e as aposentadorias. Esta situação tem levado inclusive a situações convulsivas como as que se viram no Rio de Janeiro e Porto Alegre. Mas, agora que foi aprovada a PEC de limitação dos gastos e o acordo da união com estados para renegociar dívidas, os governos estaduais estarão muito mais à vontade para descarregar sobre o funcionalismo o peso da crise econômica.

As diversas greves e ocupações protagonizadas por docentes das estaduais, em 2016, mostram que os professores tomaram o caminho da resistência, a exemplo dos movimentos no Amapá, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo. As greves tinham como pauta: reajuste salarial, defesa do pagamento das progressões na carreira, continuidade de obras, verbas para manter o pagamento de empresas terceirizadas, recursos para compra de material, etc. Em suma, expressavam um conjunto de

reivindicações elementares para a manutenção precária do ensino e pesquisa. Algumas promessas foram arrancadas, como liberação de recursos, de editais para pesquisa e extensão, mas os grandes problemas, envolvendo mais verbas e reajustes salariais, não foram resolvidos. As negociações ou inexistem ou são inexpressivas. As reitorias, como correias de transmissão das políticas dos governos estaduais, não apresentam acordos que possam ser aceitos pelas categorias em luta.

Unificar o funcionalismo

Em alguns estados, os docentes combateram os governos junto com os funcionários das universidades e todo o funcionalismo. Ademais, houve no Paraná o importante movimento de ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas que empurrou os professores da rede estadual à greve e se irradiou por todo o país. Uma greve que poderia ser de todo o funcionalismo, era a resposta necessária à retirada que o governo perpetrou da data-base, condenando o conjunto do funcionalismo do executivo (legislativo e judiciário mantiveram a data-base) a não ter reposição nos próximos dois ou três anos.

As dificuldades dessa greve, principalmente de não ter se tornado geral, mostraram os entraves que deverão ser superados nos próximos movimentos para conseguir a unidade. Mas essa greve também mostrou, mais uma vez, a dificuldade de muitos sindicatos docentes se articularem e unificarem com o funcionalismo devido ao corporativismo docente. Esse corporativismo também tem se manifestado em outros estados e é um bloqueio importante na constituição de uma frente única contra os governos estaduais.

Sem essa unidade com o funcionalismo a luta dos docentes das estaduais não tem como prosperar, pois, no quadro da crise que se agrava, muitos governos não hesitarão em reduzir ao mínimo o custeio dessas universidades. É importante entender que a única forma que a burguesia tem de enfrentar a crise é destruindo forças produtivas, e a principal força produtiva é a força de trabalho. A degradação das universidades e até o seu fechamento é, por isso, uma forma de enfrentar a crise por parte da burguesia. Não se pode ter ilusões de que as oligarquias estaduais tolerarão por muito tempo a continuidade dessa despesa que eles consideram supérflua.

É necessário que o movimento docente supere o corporativismo e se unifique com o conjunto dos trabalhadores, incluindo o funcionalismo que lhe é mais próximo. Para isso há que defender um único sistema público e gratuito de educação – em todos os níveis – custeado integralmente pelo estado e que inicie estatizando completamente todo o sistema privado de ensino. Trata-se de uma reivindicação verdadeiramente democrática e que pode ganhar o apoio dos trabalhadores e juventude

Outra bandeira que unifica com o funcionalismo é a denúncia da reforma da previdência. Trata-se de um ataque brutal ao conjunto da força de trabalho e tem o potencial de unificar toda a classe. Para isso, entretanto, haverá que superar a perspectiva corporativa de fazer a defesa dos regimes especiais, onde existem, e postular um único sistema previdenciário para todos, aposentadoria integral por tempo de serviço e exclusivamente custeado pelo capital e pelo seu estado. Somente desta forma será possível avançar para se unificar não apenas com o funcionalismo, mas com todos os trabalhadores do país. É necessário superar a ilusão de que é possível ainda preservar condições especiais para os professores quando, na prática, os novos docentes concursados já ingressam – para efeito previdenciário – em condições semelhantes aos dos trabalhadores da CLT, em que pese a existência, por ora, de regimes especiais.

Organizar a luta unitária de estudantes, técnicos e estudantes das estaduais e federais

Com a crise financeira tornou-se cada vez mais fácil para os governos ignorarem os movimentos paredistas. A justificativa de que os cortes e a retirada de direitos são imprescindíveis no momento não é contraposta por um grande movimento das instituições de ensino superior.

Enfrentam-se essencialmente os mesmos problemas, ligados a uma única política coordenada pelos governos, mas sem uma luta geral e unitária que revelasse o plano de destruição do ensino público. A tentativa de coordenação das greves das estaduais e federais, por meio da reunião conjunta dos setores e um comando de greve unificado, na luta contra a PEC 55 foi uma iniciativa que chegou tarde, quando as estaduais já estavam encerrando suas greves, mas merece ser retomada. O movimento deve ser organizado em nível nacional, articulando as demandas, não em torno apenas de especificidades que separam, por exemplo, as instituições federais das estaduais, mas em torno das reivindicações gerais e elementares que têm mobilizado as universidades sucateadas.

Pesa o corporativismo do movimento docente que se nega a construir pautas conjuntas com técnicos e, sobretudo, com estudantes. Na verdade, o movimento estudantil é a única força material, no interior das universidades, que pode se erguer de forma massiva e expressar a denúncia da destruição em curso. Algumas atividades conjuntas, como passeatas e atos, são facilmente sufocados pela força jurídica e mesmo policial dos governos estaduais. No Piauí, por exemplo, o governo atuou para que a greve da Uespi fosse considerada ilegal, o que pesou para o encerramento do movimento. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a ação policial tem ocorrido, inclusive, dentro dos campi universitários. Na USP, a polícia militar chegou a invadir a moradia estudantil. Não esqueçamos da brutal violência policial contra os professores da educação básica no estado do Paraná em 2015.

Defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária

Quanto a luta pela autonomia universitária é imprescindível a unificação com o movimento estudantil. Nesse sentido, há que se avançar na caracterização de que a burocracia universitária (Reitorias e Conselhos Superiores) não passa de instrumentos dos governos e da burguesia no interior da universidade, mesmo com as consultas (mal chamadas de eleições) à comunidade. Em muitas IEES a burocracia tem reprimido o movimento estudantil quando este se levanta em defesa da universidade, chegando em algumas a pedir “reintegração de posse” e até “interditos proibitórios” contra os estudantes. Mostram, dessa forma, que a burocracia não passa de um instrumento dos governos e da burguesia. Por isso, há que se colocar com clareza pela defesa do Governo tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária. Esta deve ser a forma de governo da universidade e a única que pode defender a autonomia perante o governo e a burguesia.

Em muitas universidades estaduais, as burocracias universitárias têm levantado a reivindicação de se “regulamentar” a autonomia pelos governos, limitando a compreensão desta, à chamada autonomia financeira. O problema é que há sindicatos de docentes que também defendem essa alternativa. O modelo seria o das universidades paulistas. Esta compreensão da autonomia interessa às burocracias, pois lhes permite dispor de recursos para desenvolver a sua política miúda em conluio com os governos dos estados. Entretanto, este “modelo” permite outras linhas de ataque à universidade pública e gratuita. Essa modalidade de “autonomia” já mostrou, no caso das paulistas, que o estabelecimento de qualquer percentual fixo acaba, mais tarde ou mais cedo, por estrangular o financiamento exclusivamente público das IEES. Ao mesmo tempo, e mesmo antes desse estrangulamento se concretizar, a “autonomia” estimulou a farra das privatizações pela via das fundações e convênios com empresas. Agora que a crise se instalou de modo aberto, na USP, por exemplo, vem se desenvolvendo uma campanha em favor da cobrança de mensalidades e, por outro lado, a demissão de funcionários pelo PDV. O movimento docente deve retomar a luta pelo financiamento integral e exclusivo das universidades pelos estados e combater todas as formas de privatização que estão em curso.

Sem um movimento unitário de universidades públicas, sem uma unidade com todos os setores, particularmente, com o movimento estudantil, sem a adoção de medidas mais radicalizadas, como os bloqueios, as ocupações dos prédios, as grandes manifestações, as greves estão fadadas a se esgotarem e encerrarem sem conquistas efetivas e sem reverter o quadro atual.

Superar as direções sindicais conciliadoras e imobilistas

Assim, além de apontar para as reivindicações, os métodos e a necessária unidade, não se pode enfrentar a política de corte nos estados, que se materializa no sucateamento e destruição das universidades, sem um combate para levantar os demais setores do funcionalismo, imediatamente também afetados pela ação dos governos estaduais. Trata-se de um combate porque, no interior do funcionalismo, estão direções sindicais conciliadoras, imobilistas e até governistas. Uma frente sindical em torno das reivindicações gerais (reajuste salarial, pagamento dos atrasados, defesa do emprego dos contratados, reversão dos cortes, defesa dos direitos previdenciários, etc.) deve ser o ponto de partida para uma luta geral e para a construção de greves gerais.

Na atual conjuntura, a luta econômica é a ponte para uma luta política mais geral, o que obviamente está em oposição com a posição mesmo de correntes e direções ligadas às esquerdas que se lançam em mil palavras de ordem contra o governo de Temer (“Fora Temer”, “Eleições Gerais”, “Fora Todos”, “Constituinte”, etc.), mas que não trabalham para a defesa das reivindicações elementares em uma frente sindical que centralize os vários segmentos em luta. Essa é a tarefa para o próximo período.

TR - 47

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Nas universidades estaduais o movimento docente deve procurar se unificar com a luta de todo o funcionalismo público contra os ataques dos governos.
- 2.** Defender um único sistema público e gratuito de educação – em todos os níveis – custeado integralmente pelo Estado e que inicie estatizando, sem indenização, todo o sistema privado de ensino.
- 3.** Defender um único sistema previdenciário para todos, aposentadoria integral por tempo de serviço e exclusivamente custeado pela burguesia e pelo seu Estado.
- 4.** Controle da Universidade pelos que estudam e trabalham. Governo tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária.
- 5.** Lutar pelo financiamento integral e exclusivo das universidades pelos estados e combater todas as formas de privatização.

TEXTO 48

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

PLANO DE LUTAS DAS IFES: ORGANIZAR A LUTA UNITÁRIA CONTRA A DESTRUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA. COMBATER A PRECARIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E DEFENDER A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

TEXTO DE APOIO

As universidades e institutos federais que se expandiram desorganizadamente sob o governo de Lula, passaram a sofrer maiores restrições a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff. A criação de novas IFE e o processo de “interiorização” das já existentes exigiam aumentos progressivos de recursos ao longo dos últimos dez anos. Com o aprofundamento da crise econômica mundial e suas manifestações no país, de 2014 em diante inicia-se um processo de diminuição das despesas primárias em favor das despesas financeiras do Estado. Em 2015, o orçamento previsto para o MEC de 48 bilhões de reais foi diminuído até chegar aos 38 bilhões realizados. Em 2016, os 33 bilhões previstos (com cortes previstos em quase 2 bilhões) representaram a consolidação de um brutal retrocesso nas condições de infraestrutura das IFES. Diminuição de bolsas de pesquisa e extensão, manutenção de precárias instalações nos campus do interior, arrocho salarial, atraso e paralisação de obras de infraestrutura básica, etc. As greves de 2015, contra os cortes, e a de 2016, contra as medidas de ataque ao orçamento público, não puderam barrar nem amenizar o impacto dessa situação. Nestas greves, não se atingiu uma unidade efetiva entre estudantes, professores e funcionários no interior das instituições, tampouco a generalização para o conjunto do funcionalismo e dos trabalhadores.

Diante desse quadro, o governo se encontra de mãos livres para continuar atacando os direitos e sucateando as universidades. A expansão das IFE, que poderia ser um ponto de apoio para a defesa do ensino público, torna-se meio de sucatear a educação pública em favor do ensino privado. As dezenas de universidades e institutos federais com suas centenas de unidades não têm como sobreviver sem aumento dos recursos repassados pelo MEC. Tornam-se reféns de parcerias com empresas e fundações privadas que sugam sua mão de obra qualificada em torno de migalhas. São forçadas a abrir cursos de especialização, de idiomas e outros para comprar materiais básicos. Na verdade, parte do corpo docente, ligado às burocracias universitárias, utilizam-se da falta de recursos para legitimar essas práticas de privatização de serviços realizados no interior das IFE, que não resolvem seus problemas estruturais mas engordam o bolso de meia dúzia de burocratas/docentes.

A luta contra o enxugamento do orçamento do MEC, contra os cortes que vêm se realizando nos últimos anos deve ser o ponto central de nossas lutas. Entretanto, para que seja consequente, deve estar ligada à luta contra o pagamento da Dívida Pública que suga o orçamento da Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura, etc. Além disso, a luta por mais recursos e contra os cortes na educação para as IFE deve estar vinculada à defesa do fim do ensino privado, que consome também recursos destinados à educação, e à questão da real autonomia universitária, que diz respeito à administração pedagógica e orçamentária das IFE, sem a qual a casta da burocracia universitária continuará servindo a interesses privatistas e não ao conjunto dos que trabalham e estudam nas universidades e institutos federais.

Assim, nossa luta imediata é contra os cortes e restrições no orçamento do MEC, o que se materializa no combater por derrubar as medidas impostas pelo governo Temer, levantar a bandeira do fim do pagamento da Dívida Pública e assumir a consigna de real autonomia universitária, que assenta no governo tripartite e na Assembleia Geral Universitária.

TR - 48

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Defender o financiamento público integral das Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Pelo fim imediato dos subsídios e financiamentos ao setor privado, que todas dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos estudantes do ProUni e do FIES sejam incorporados ao sistema público de ensino, via expropriação, sem indenização, da rede privada de ensino.
- 2.** Combate à privatização interna. Pelo fim dos cursos pagos, taxas e fundações.
- 3.** Rejeitar o Ensino à distância por levar à destruição do ensino como processo social e favorecer a mercantilização e desnacionalização. Pela revogação de toda legislação que implanta o EaD e expropriação das empresas que o exploram.
- 4.** Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.
- 5.** Defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária. Pela destruição da burocracia universitária e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis.
- 6.** Rechaçar todos programas de avaliação externa, por serem antiautonomistas. A avaliação deve ser feita pelos que estudam e trabalham, como parte da luta pela destruição da burocracia universitária.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

ADENDO AO TEXTO 25 - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN ao longo de sua história acumulou ataques por parte dos governos e de grupos políticos contrários à autonomia de organização dos/as trabalhadores/as. Os ataques ao sindicalismo autônomo se intensificaram a partir dos anos 2000 com a ascensão do Projeto de Conciliação de classe ao poder.

Com objetivo de destruir o ANDES-SN, buscou-se de diferentes formas a suspensão do seu registro sindical, uma vez que dessa limitação decorria também a suspensão da prerrogativa de substituição processual de seus sindicalizados e dificuldades para proceder as consignações pelas seções sindicais buscando, assim, impor profunda asfixia financeira, jurídica e política, que terminasse por colocar em xeque a existência do sindicato. Ao mesmo tempo, pretendiam impor a criação de um sindicato chapa-branca, afinado com setores do governo Lula, para dele receber o registro sindical, o que aconteceu efetivamente em 2005.

No entanto, essa não era a única linha de ação seguida pelos que trabalharam e ainda trabalham para destruir o nosso Sindicato. Em muitos casos, promoviam ações como: suspensão do repasse das contribuições dos sindicalizados ao ANDES-SN, sem qualquer justificativa de falta de recursos para tanto; desrespeito sistemático ao Estatuto do Sindicato Nacional, e mesmo dos respectivos regimentos das seções sindicais, por parte de diretorias e manobras, não raro, ilícitas e fraudulentas, para desmembrar seções sindicais do ANDES-SN e criar, a partir delas, sindicatos locais.

Atento a essas ações, o 54º CONAD (Curitiba-2009) deliberou por indicar que as seções sindicais discutissem, até o 29º CONGRESSO, possíveis alterações estatutárias que permitissem a participação, em Congressos e CONAD, dos sindicalizados de seções sindicais onde as diretorias não convocassem assembleias.

O 29º CONGRESSO do ANDES-SN aprovou um conjunto de medidas concretas e de alterações estatutárias com o objetivo de defender o ANDES-SN, sua concepção sindical, os princípios políticos e programáticos que vêm pautando sua existência, e entre elas, acrescentou o inciso VIII do Art. 41, acompanhadas dos § 4º e § 5º com a seguinte redação:

VIII - convocar, na hipótese de descumprimento das disposições estatutárias e regimentais pertinentes, atendendo a requerimento de sindicalizado, ou grupo de sindicalizados, assembleia geral dos sindicalizados das S.SINDs ou AD-S.SINDs com vista a participação nos CONGRESSOS e CONAD, até 15 dias antes da data de início dos referidos eventos para:

a) discussão do temário do evento em questão;

b) escolha de delegado(s) (arts. 16, II, e 25, I).

§ 4º - No caso do CONGRESSO, os procedimentos para escolha dos delegados corresponderão aos critérios de proporcionalidade previstos no art. 17;

§ 5º - Os recursos necessários para o financiamento da participação dos delegados previstos neste inciso não poderão ser arcados pela Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, salvo expressa autorização em contrário aprovada respectivamente pelo CONGRESSO ou pelo CONAD.

Essas alterações permitiram ao Sindicato posicionamento qualificado nas demandas jurídicas determinadas por processos de ruptura à margem dos procedimentos estatutários e regimentais,

assim como permitiram uma melhor configuração das iniciativas políticas no sentido de reorganizar nossa base e manter nossa organização por local de trabalho. Dessa forma, buscou-se configurar no Estatuto, o caráter permanente e indissociável das seções sindicais, que são partes constituintes do Sindicato que, como entidade nacional, detém a representação de toda a categoria, em todo o território nacional.

Todavia, com relação ao § 5º do inciso VIII do Art. 41 do Estatuto do ANDES-SN, na execução nos nossos eventos, se mostrou de certa forma contraditório aos nossos princípios, pois na nossa prática a diretoria do Sindicato não deve financiar delegados. A diretoria tem a compreensão que não foi isto que ocorreu até agora, pois a aprovação vem da plenária. Além disso, devemos nos apoiar no princípio da solidariedade, ou seja, a responsabilidade é de todo o sindicato e não apenas da diretoria. Ademais, os delegados eleitos nas regionais ainda dependem da aprovação da plenária para o ressarcimento das despesas, o que pode inibir a participação de alguns sindicalizados pela dúvida em ter suas despesas ressarcidas. Nesse sentido, achamos que as despesas com os delegados eleitos pelas regionais, onde as seções sindicais não convocam a assembleia, devam ser cobertas pelo evento, isto é, entrar nas despesas do rateio. Assim, estamos levando esta proposta para ser apreciada pelo 36º CONGRESSO.

TR – 25

Acréscimo ao TR 25

7 - O Parágrafo 5º do Art. 41 passa a ter a seguinte redação:

§ 5º - Os recursos necessários para o financiamento da participação do(a)s delegado(a)s previsto no inciso VIII serão arcados pelo Congresso ou pelo CONAD, sendo inseridos no rateio do evento.

TEXTO 49

Contribuição do(a)s professore(a)s Antonio Euzébios Filho (ADUNESP), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR-RJ), Fellipe Coelho Lima (ADURN), Fernando Lacerda Jr (ADUFG), Marcio da Silva (ADUFPB) e Michelle Gabrielli (ADUFPB)

CONTRIBUIÇÃO PARA O TERRA LIVRE – MOVIMENTO POPULAR DO CAMPO E DA CIDADE

TEXTO DE APOIO

O Terra Livre – movimento popular do campo e da cidade – organiza famílias em quatro estados brasileiros (Alagoas, Goiás, São Paulo e Paraíba) para a luta pela moradia nas cidades, por terra e pela reforma agrária. Desde a sua origem, 2008, tem clara posição política de oposição aos governos federais e nas regiões, por entender que estes dificultaram o pleno acesso a estes direitos básicos dos trabalhadores, seja em governos de “frente popular” ou em outros mais à direita. As causas do déficit habitacional foram aprofundadas mesmo com o programa Minha Casa Minha Vida e a Reforma Agrária foi praticamente eliminada como política pública, inclusive nos governos Lula e Dilma.

Apesar das dificuldades, o Terra Livre tem feito lutas exemplares e atuado em unidade com movimentos sociais e sindicais que mantiveram sua autonomia em relação aos governos e patrões. Podemos citar a luta camponesa em todo o estado de Goiás, um dos centros políticos do

agronegócio; na Zona da Mata em Alagoas, terra de Renan Calheiros, maior representante do atraso dos coronéis; em ocupações no centro de São Paulo, incluindo a organização de famílias refugiadas da Síria que necessitam de moradia; e o retorno das ocupações em João Pessoa, Paraíba, onde os movimentos governistas entregaram completamente a luta para a institucionalidade. Para além das lutas específicas, participamos de lutas gerais como as jornadas de junho de 2013, as ações de luta contra a Copa, de resistência ao ajuste fiscal e no grande movimento pelo Fora Temer, entre outras. Em diversas ocasiões, especialmente em parcerias com a Regional Planalto, o Terra Livre mobilizou sua base em ações conjuntas com o ANDES/SN.

A base do Terra Livre é representada pelos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, formada por aqueles que estão longe da organização sindical, mas que é parte das cadeias de produção das formas mais degradantes e desregulamentadas que o capital vem ensaiando há décadas de reestruturação produtiva. Por isso, a capacidade de estruturação do movimento fica bastante comprometida e este é sempre um obstáculo para uma ampliação e maior capacidade de luta. Em seu último congresso, o movimento decidiu criar uma Escola de Formação e manter uma sede nacional. Assim, a possibilidade de um auxílio financeiro periódico seria um grande diferencial para que o Movimento dê grandes passos em favor da luta dos trabalhadores.

TR - 49

1. Que o 36º Congresso do Andes delibere por auxílio financeiro de R\$ 1000,00 (mil reais) mensais para a estruturação nacional do Terra Livre – movimento popular do campo e da cidade – nacional.

TEXTO 50

Contribuição da Diretoria e da Delegação da ADUFU-SS ao 36º Congresso do ANDES-SN

ELEIÇÕES COM TODAS AS VOZES DO ANDES-SN – PROPOSTA DE MUDANÇAS NO ESTATUTO PARA INSCRIÇÃO DE CHAPAS PARA CONCORRER À DIRETORIA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Compreendemos o ANDES-SN como patrimônio das (os) docentes e da classe trabalhadora, cumprindo, nestas quase quatro décadas, papel estratégico nas lutas contra a ditadura, em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e laica; em defesa das universidades públicas e dos direitos da nossa categoria, bem como participado ativamente das lutas contra a desigualdade e opressões do povo brasileiro.

Compreendemos que os processos eleitorais cumprem papel importante, à medida que permitem o debate das diferentes compreensões sobre a forma de organizar nosso sindicato, as diferentes estratégias para o fortalecimento do ANDES-SN, como legítimo representante das(s) docentes das Instituições de Ensino Superior de nosso país. Ocorre que, pela forma como está organizada a diretoria do ANDES e as exigências quanto à apresentação de chapa completa, com 83 nomes, em 12 regionais, na prática tem inviabilizado a apresentação de mais de uma chapa nos últimos pleitos, tornando o processo eleitoral morno e com baixa participação de docentes. Neste sentido, pensamos ser fundamental nova estrutura das regionais, buscando tornar as eleições momento de debate e confronto de diferentes perspectivas para o nosso sindicato, o que acreditamos, o fortalecerá.

Atualmente a diretoria, de acordo com o art. 32 do Estatuto, tem a seguinte composição:

Art. 32. A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos: I - cargos da Presidência, em número de quatro (4): Presidente, Primeiro-Vice-Presidente, Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente; II - cargos da Secretaria, em número de quatro (4): Secretário-Geral, Primeiro-Secretário, Segundo Secretário e Terceiro-Secretário; III - cargos da Tesouraria, em número de três (3): Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e Terceiro Tesoureiro; IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões: a) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima; b) Norte II: Pará, Amapá; c) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí; d) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; e) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia; f) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins; g) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; h) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais; i) Rio de Janeiro; j) São Paulo; l) Sul: Paraná e Santa Catarina; m) Rio Grande do Sul. V - fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro-Secretário Regional, um Segundo-Secretário Regional, um Primeiro-Tesoureiro Regional e um Segundo-Tesoureiro Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.

Nossa proposta, vai na linha apresentada pela diretoria da ADUSP, no 31º e 32º Congresso, conforme anexo ao Caderno de Textos de 2013:

“Diante das dificuldades constatadas ao longo da história do Sindicato Nacional em se completar as nominatas das chapas que se inscrevem nos Congressos eleitorais, a Diretoria da Adusp apresentou, em Congressos anteriores (o último deles foi no 31º Congresso – Texto 45), propostas de modificações do Estatuto do Sindicato no sentido de permitir maior flexibilidade nos critérios para a homologação das chapas que se inscrevam para a disputa eleitoral, visando essencialmente superar as seguintes situações: 1) evitar a possibilidade concreta de que nenhuma chapa consiga a composição completa necessária para obter o registro definitivo, inviabilizando o processo eleitoral, com todas as decorrências negativas que esse fato traria em termos de desgaste político para o ANDES-SN. 2) a dificuldade para compor uma chapa assim tão numerosa, o que pode constituir-se em um obstáculo a mais à expressão da riqueza de posições políticas existentes no interior do Sindicato Nacional e, portanto, uma séria limitação a que essa diversidade de concepções possa materializar-se – democraticamente – também na postulação à direção da entidade” TEXTO 65, Contribuição Diretoria e Delegados da ADUSP-S. Sind. ao 32º Congresso do ANDES-SN.

Uma vez que essas propostas já tiveram boa acolhida nos Congressos do ANDES-SN, sendo majoritária em 2012, mas ainda sem os dois terços necessários para modificar o Estatuto de nosso sindicato e, considerando que as justificativas para as mudanças na composição da Diretoria continuam válidas, no sentido de intensificar o debate de ideias, o confronto entre as diferentes teses e a possibilidade de ampliação do número de chapas inscritas nas eleições do ANDES, o que certamente contribuirá para o enraizamento de nosso sindicato propomos que as regionais sejam compostas de 4 diretores(as), sendo eles/as: 1) Vice-Presidente(a) Regional; 2) Secretário(a) Regional; 3) Tesoureiro Regional 4) Suplente. Dessa forma, mantém-se a exigência de inscrição com chapa completa, conforme preconiza o estatuto em seu artigo 54, mas não mais com 83 nomes, como atualmente, mas com 59 membros. Assim, teríamos apenas um suplente para os três cargos regionais, o que nos parece absolutamente suficiente, como em geral ocorre em nossas seções sindicais.

TR - 50

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - Alterar a composição da diretoria do ANDES-SN em suas regionais passando a ter 4 e não mais 6 membros: 1) Vice-Presidente(a) Regional; 2) Secretário(a) Regional; 3) Tesoureiro Regional 4) Suplente

TEXTO 51

Contribuição do(a)s professore(a)s Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR) e Soraia Carvalho (ADUFEPE)

DEFENDER A DEMOCRACIA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Por uma única central, classista e operária

O fenômeno da divisão das Centrais é parte do processo de burocratização e de estatização dos sindicatos. Constatamos uma profunda divisão das lutas e a fragmentação das organizações sindicais. A divisão entre vários sindicatos, às vezes no interior de um mesmo setor, como o da educação ou da metalurgia, é expressão da política divisionista e aparelhista. Hoje, mais de uma dúzia de centrais e mais de dez mil sindicatos partilham a força de trabalho no Brasil. São aparatos burocráticos que servem unicamente de correia de transmissão da política burguesa. Constituem feudos autoritários contra os trabalhadores, que rejeitam o divisionismo e a fragmentação das lutas.

É preciso se colocar contra a divisão organizativa dos trabalhadores e defender a unidade sindical e a constituição de uma única central, classista, democrática e operária.

Pela aplicação da democracia sindical nas frentes em que o ANDES-SN atua

Tem sido uma prática do ANDES-SN atuar em frentes a partir de um método antidemocrático de consenso das cúpulas. Exemplo disso é a organização do ENE. Na primeira edição, abriu-se espaço para a elaboração de um caderno de textos, mas o encontro não teve deliberações e resultou na aprovação artificial de um texto acordado previamente pelas entidades organizadoras. Na segunda edição, nem mesmo houve caderno de textos. As contribuições deveriam ser enviadas via encontros estaduais. Porém, nos casos em que os encontros estaduais aprovaram propostas diferentes das entidades e correntes que hegemonizaram o evento, estas posições foram simplesmente descartadas. Esta maneira de construção não contribui para a construção da unidade de ação, em que os presentes nas plenárias debatem sobre os problemas e rumos do movimento e aprovam resoluções e planos de lutas concretos. É preciso mudar esta prática seja no próximo ENE, na participação em frentes e fóruns, como na organização do ENCLAT.

Pela proporcionalidade na direção do ANDES

Um sindicato é forte quando sua direção está ligada às bases, quando expressa suas necessidades, quando é capaz de mobilizar, quando faz valer a mais ampla democracia em todas as instâncias, quando resolve as divergências pelo voto da maioria. O retrocesso político e organizativo entre os trabalhadores, que se reflete no movimento docente, faz crer que um sindicato forte se traduz em uma direção homogênea e politicamente neutra. Esta tese precisa ser afrontada.

O sindicato é um instrumento de frente única, onde se expressam todas as correntes de opinião presentes nas bases do setor. Esta diversidade não pode ser sufocada, o que leva à despolitização ou a tendências divisionistas. A forma que corresponde à democracia sindical para garantir esta livre expressão e o caráter frentista do sindicato é a eleição proporcional para sua direção. Desta maneira, a base poderá ser melhor representada.

TR - 51

O 36º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Contra a divisão organizativa dos trabalhadores, defender uma única central, classista, democrática e operária.
- 2.** Que o Andes-SN, em suas próprias instâncias e nas frentes em que atua, se coloque pela defesa da democracia sindical, o que significa que as bases nos grupos, plenárias e assembleias decidem a política e o plano de lutas a serem implementados (contra o chamado consenso progressivo).
- 3.** Pela eleição proporcional para a direção do ANDES-SN.